

MENSAGEM Nº 532

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **JOÃO MENDES PEREIRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **JOÃO MENDES PEREIRA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de outubro de 2021.

Brasília, 13 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JOÃO MENDES PEREIRA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **JOÃO MENDES PEREIRA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 864/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO MENDES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 21/10/2021, às 18:53, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2961503** e o código CRC **B797E2D8** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.007960/2021-23

SEI nº 2961503

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOÃO MENDES PEREIRA

CPF.: 386.555.191-20

ID.: 10109 MRE

1965 Filho de João Invenção Pereira e Antonia Mendes Pereira, nasce em 18 de agosto, em Brasília/DF

Dados Acadêmicos:

1987 Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
1990 CPCD - IRBr
1998 CAD - IRBr
2005 CAE - IRBr, A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul - IIRSA como instrumento da política brasileira para a integração da América do Sul

Cargos:

1991 Terceiro-secretário
1996 Segundo-secretário
2002 Primeiro-secretário, por merecimento
2006 Conselheiro
2010 Ministro de segunda classe
2017 Ministro de primeira classe

Funções:

1987 Ministério da Indústria e do Comércio, Coordenadoria de Assuntos Internacionais, assessor
1991 União Educacional de Brasília-UNEB, Professor de Políticas e Estratégias de Comércio Exterior
1991-92 Instituto Rio Branco, assessor
1992-95 Divisão do Mercado Comum do Sul, assistente
1995-99 Missão Junto à CEE, Bruxelas, terceiro-secretário e segundo-secretário
1999-03 Delegação Permanente Junto à ALADI, Montevidéu, segundo-secretário e primeiro-secretário
2003 Coordenação-Geral para as Negociações Mercosul-União Europeia, coordenador, interino
2003-04 Divisão da União Européia e Negociações Extra-Regionais, chefe, interino
2004-07 Embaixada em Lisboa, primeiro-secretário e conselheiro
2007-09 Divisão de Integração Regional, chefe
2009-10 Divisão Econômica da América do Sul, chefe
2010-12 Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos da América do Sul, coordenador-geral
2012-16 Departamento da ALADI e Integração Econômica Regional, diretor
2016-18 Cerimonial, chefe
2018- Consulado-Geral em Miami, cônsul-geral

Condecorações

2012 Medalha "Mérito Tamandaré"
2014 Ordem do Mérito Naval, no grau de Comendador
2015 Ordem do Mérito da Defesa, no grau Comendador
2015 Ordem de Rio Branco, no grau de Grande Oficial
2017 Medalha do Pacificador
2017 Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Grande Oficial
2018 Ordem de Rio Branco, no grau de Grã Cruz

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa I

BÉLGICA

Ficha-País



FICHA-PAÍS

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Setembro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino da Bélgica
GENTÍLICO	Belga
CAPITAL	Bruxelas
ÁREA	30.528 km ²
POPULAÇÃO (2020) ¹	11,52 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Holandês, francês e alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES ²	Católica (54%), sem afiliação (31%), islâmica (5%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista federal
PODER LEGISLATIVO	Bicameral, com a Câmara dos Representantes (150 membros) e o Senado (60 membros)
CHEFE DE ESTADO	Rei Philippe da Bélgica (desde julho de 2013)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Alexander De Croo (desde outubro de 2020, Open VLD)
CHANCELER	Sophie Wilmès (desde outubro de 2020, MR)
PIB (2020) ¹	US\$ 513 bilhões
PIB PPC (2020) ¹	US\$ 589 bilhões
PIB PER CAPITA (2020) ¹	US\$ 44.530
PIB PPC PER CAPITA (2020) ¹	US\$ 51.100
VARIAÇÃO DO PIB ¹	4,0% (2021E); -6,4% (2020); 1,7% (2019)
IDH (2019) ³	0,931 – 14º no ranking
EXPECTATIVA DE VIDA (2019) ⁴	81,75 anos
ALFABETIZAÇÃO (2020) ²	99%
DESEMPREGO (7/2021) ⁵	5,9%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
COMUNIDADE BRASILEIRA ⁶	Cerca de 48 mil pessoas

Fontes: (1) FMI; (2) Governo da Bélgica; (3) PNUD; (4) Banco Mundial; (5) OCDE; (6) Estimativa do Posto.

CORRENTE COMERCIAL – US\$ bilhões						
Brasil □ Bélgica	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	4,61	4,75	4,95	5,09	4,92	4,10
Exportações	2,99	3,23	3,17	3,20	3,20	2,64
Importações	1,62	1,52	1,78	1,89	1,72	1,41
Saldo	1,37	1,72	1,39	1,31	1,48	1,23

Fonte: ComexVis – Ministério da Economia

PERFIS BIOGRÁFICOS

Philippe *Rei dos Belgas*



O Rei Philippe nasceu em Bruxelas, em 15 de abril de 1960, filho do Rei Alberto II e da Rainha Paola. Casado desde 1999 com a Rainha Mathilde, tem quatro filhos, entre os quais a Princesa herdeira Elisabeth.

Em 1978, ingressou na Escola Real Militar, onde se formou piloto de caça como Segundo-tenente. Integrou o Regimento de Para-comandos, unidade de elite das Forças Armadas belgas. Em 1983, fez estágio de dois meses no *Trinity College*, na Universidade de Oxford, antes de seguir para Stanford, onde obteve o título de mestre em Ciência Política.

Em 1994, prestou juramento de posse como Senador de direito - por ser filho do então Rei Alberto II, sem direito a voto. Com a abdicação do Rei Alberto II, no dia 21 de julho de 2013, acedeu ao trono sob o título de Sua Majestade o Rei dos Belgas.

Philippe da Bélgica é o 7º Rei dos Belgas (e não “da Bélgica”). O Rei e a Rainha, bem como os demais membros da família real, representam a Bélgica no exterior (visitas de Estado, missões econômicas e encontros internacionais).

Alexander De Croo
Primeiro-Ministro da Bélgica



Alexander De Croo nasceu em Vilvoorde, em Flandres, em 3 de novembro de 1975. Estudou engenharia de produção na *Vrije Universiteit Brussel* e fez MBA na *Northwestern University*, em Illinois/EUA. Trabalhou no Boston Consulting Group até abrir sua empresa, a Darts-ip, em 2006. Envolveu-se com política por meio do partido Open VLD, que liderou entre 2009 e 2012. Serviu como Ministro da Previdência (2012-2014), Ministro da Cooperação para o Desenvolvimento (2014-2020) e Ministro da Fazenda (2018-2020), além de ser Vice-Primeiro-Ministro durante todo esse período. Em 1 de outubro de 2020 foi nomeado Primeiro-Ministro da Bélgica.

Twitter: @alexanderdecroo

Sophie Wilmès

Ministra dos Negócios Estrangeiros e Vice-Primeira-Ministra da Bélgica



Sophie Wilmès nasceu em Bruxelas, cresceu na cidade de Grez-Doiceau, na Valônia, e estudou na Universidade de Bruxelas. É formada em Comunicação Aplicada e em Administração Financeira (*Université Saint-Louis*) e trabalhou como consultora econômica e financeira em um escritório de advocacia antes de entrar na vida política.

De 2007 a 2014, foi a primeira vereadora encarregada de finanças, orçamento, educação francófona, comunicação e negócios locais da cidade de Sint-Genesius-Rode. De 2014 a 2015, foi conselheira da província do Brabante Flamengo. Em 2014, foi eleita para a Câmara Federal. Em setembro de 2015, Wilmès foi selecionada Ministra do Orçamento durante o primeiro governo Michel. Em dezembro de 2018, tornou-se Ministra do Orçamento, Serviço Público, Loteria Nacional e Política Científica no segundo governo Michel.

Em 27 de outubro de 2019, foi alçada ao cargo de Primeira-Ministra com a missão de conduzir um governo de poderes limitados por período restrito até a constituição de um governo com base majoritária. Com a formação do governo de Alexander De Croo, Wilmès tornou-se Ministra dos Negócios Estrangeiros e Vice-Primeira-Ministra.

Twitter:

@Sophie_Wilmes

APRESENTAÇÃO

O Reino da Bélgica é um Estado federado localizado na Europa Ocidental. O país situa-se ao norte da Europa, às margens do Mar do Norte. Faz fronteira com os Países Baixos, a Alemanha, a França e Luxemburgo. Altamente urbanizado, sua capital é a cidade de Bruxelas. Outras cidades relevantes são Antuérpia, Gante, Liège e Charleroi. Atualmente, a população da Bélgica é de cerca de 11,42 milhões de habitantes, distribuídos em um território de 30.528 km².

Chamada de Bélgica em função da antiga província romana da Gallia Belgica, a região tornou-se, a partir da Idade Média, importante centro comercial e cosmopolita da Europa. Em 1830, surgiu como nação soberana em virtude da secessão dos Países Baixos, no que se convencionou chamar de Revolução Belga.

A Bélgica é uma monarquia constitucional, na qual vigora o sistema parlamentar de governo. O país se divide em três regiões dotadas de alto grau de autonomia: Flandres, Valônia e Bruxelas-Capital (onde se situa a capital do país). Além das três regiões, três comunidades linguísticas (a Comunidade Flamenga, a Comunidade Francesa e a Comunidade Germanófona) compõem o Estado Federal Belga, em um modelo federativo que incorpora regiões geográficas e comunidades linguísticas que exercem competências concomitantes sobre um mesmo território.

Um dos seis países fundadores da União Europeia, a Bélgica sedia a Comissão Europeia e o Conselho Europeu. A Bélgica é, ainda, país fundador da Zona do Euro, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O Reino da Bélgica é, por fim, membro da União do Benelux (que integra em conjunto com os Países Baixos e Luxemburgo), parte integrante do espaço Schengen europeu. A cidade de Bruxelas, além de sediar instituições da União Europeia, é também a sede da OTAN.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES

Embaixador do Brasil em Bruxelas	Haroldo de Macedo Ribeiro (desde janeiro de 2019)
Embaixador da Bélgica em Brasília	Patrick Hermann (desde agosto de 2018)
Cônsul-geral da Bélgica no Rio de Janeiro	Daniel Dargent
Cônsul-geral da Bélgica em São Paulo	Matthieu Branders

O Brasil e a Bélgica mantêm laços históricos de amizade e cooperação desde a independência, no mesmo período histórico, dos dois países. O Rei dos Belgas Alberto I visitou o Brasil em 1920, no que foi a primeira visita de um monarca europeu à República. Desde princípios do século XX, empresas belgas desempenham papel de destaque na industrialização brasileira.

O interesse belga pelo Brasil justifica-se pela complementaridade das economias e pela demanda brasileira em áreas onde o país europeu conta com excelência, tais como infraestrutura e logística. Para o Brasil, a Bélgica representa mercado importante para produtos e serviços nacionais, além de ponto de acesso preferencial de passagem a outras partes do continente europeu, em razão de sua localização central.

O último encontro presidencial ocorreu em 2015, em Bruxelas, e a última visita de chanceleres ocorreu em 2017, quando o então Ministro Aloysio Nunes visitou a Bélgica. Desde 2017, os então Ministros da Agricultura, Blairo Maggi; da Fazenda, Henrique Meirelles; dos Transportes, Mauricio Quintella; e do Meio Ambiente, Edson Duarte, mantiveram reuniões bilaterais com seus homólogos em Bruxelas. O então Comandante do Exército, General Edson Pujol, também se reuniu com seu homólogo belga.

Há produtivo diálogo em questões da agenda política multilateral. Os dois países são conhecidos por sua capacidade de catalisar consensos e contribuir com posições moderadas e equilibradas nos debates internacionais e em suas respectivas regiões. A Bélgica apoia a candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

As relações seguem fortemente ancoradas nos densos fluxos de comércio e investimentos bilaterais, que oferecem base sólida para um diálogo político regular e exploratório de novas oportunidades.

Brasil e Bélgica têm economias complementares. O Brasil possui um gigantesco mercado consumidor e um potencial de crescimento amplamente reconhecido na Bélgica; a Bélgica, por sua vez, com seu pequeno e quase saturado mercado, tem elevada liquidez e *know-how* em setores de ponta, valorizados e reconhecidos pelo Brasil. Cerca de 85% do PIB da Bélgica depende do comércio exterior e é crescente o

interesse da comunidade empresarial local em diversificar os parceiros comerciais fora da União Europeia. Atualmente, um em cada cinco empregos na Bélgica depende de exportações para mercados localizados fora do mercado interno europeu. Mais de 37.000 empregos belgas dependem das exportações para o MERCOSUL e 1.640 empresas belgas, boa parte pequenas e médias empresas, exportam para o bloco sul-americano.

A Bélgica adquire expressivo volume de exportações do Brasil, sobretudo por possuir importantes portos, como o da Antuérpia, Gante e Liège, que servem como porta de entrada de produtos brasileiros na Europa. Grandes empresas brasileiras, como a Alpargatas, a Citrosuco, JBS/Friboi, a Zilor, a Votorantim e a Braskem, escolheram a Bélgica como centro de distribuição de seus produtos para o mercado europeu.

O fluxo de comércio tem permanecido relativamente estável nos últimos anos, tanto em termos de valores quanto de composição das pautas exportadoras. Entretanto, observou-se, no último ano, declínio das trocas comerciais, muito em razão da pandemia de Covid-19. Em 2020, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 4,10 bilhões, com queda de 18,4% em relação a 2019. As exportações brasileiras foram de US\$ 2,64 bilhões (-17,6%), o que representou 1,26% do total. As importações foram de US\$ 1,41 bilhão (-18,4%) e representaram 0,9% do total. O saldo comercial se manteve favorável ao Brasil, alcançando US\$ 1,23 bilhão. A Bélgica figurou em 17º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras e em 22º lugar no ranking das importações.

Os principais produtos exportados pelo Brasil são café não torrado (18%); suco de frutas (16%); e tabaco (15%). A pauta importadora é composta principalmente por produtos manufaturados, em particular inseticidas, fungicidas e herbicidas (11%); prata e platina (9,9%); e medicamentos e produtos farmacêuticos (8,9%).

Em termos de investimentos o Banco Central registra que a Bélgica apresenta posição de US\$ 5,4 bilhões pelo critério de investidor imediato (19º maior) e de US\$ 40,9 bilhões pelo critério de controlador final (4º maior).

Os principais destinos dos investimentos belgas são os setores químico, alimentício, aeronáutico e de energia. Cabe recordar a aquisição, pela empresa biofarmacêutica belga UCB, do controle da Meizler Biopharma, companhia brasileira de produtos farmacêuticos; a compra do laboratório ALAC, provedor de serviços líder do setor no Rio Grande do Sul, pela Eurofins Scientific, líder mundial em análises de alimentos, meio ambiente e fármacos, com sede na Bélgica; a aquisição de 20% da participação nos blocos 2 e 3 na Bacia do Parnaíba e seis blocos na bacia do Recôncavo para exploração de gás natural pela empresa de energia franco-belga GDF Suez; e as operações em São Paulo da rede belga de padarias *Le Pain Quotidien*.

Parcerias produtivas significativas entre empresas belgas e brasileiras para a conquista de terceiros mercados consolidaram-se nos últimos anos - como é o caso da belgo-brasileira AB-Inbev e da parceria Embraer-Sonaca-FNH.

O porto de Antuérpia fez investimentos no porto de Açu, no Rio de Janeiro. Nesse empreendimento, o porto de Antuérpia atua por meio de sua subsidiária, a Porto de Antuérpia Internacional (PAI), dedicada a projetos de consultoria, administração e investimentos.

CONSULTAS POLÍTICAS

Brasil e Bélgica possuem mecanismo de consultas políticas assinado em 2009. Desde então, foram realizadas três reuniões no âmbito do mecanismo, todas em Brasília: 2010 e 2014, em nível de Secretários-gerais, e 2015, em nível de Subsecretários. Destaca-se, ademais, reunião ocorrida em fevereiro de 2019, fora do âmbito do mecanismo, entre o Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África e a Diretora-geral de Assuntos Bilaterais da chancelaria da Bélgica, em que foram passados em revista os principais temas do relacionamento bilateral.

ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

Mantém-se vivo o debate público na Bélgica a respeito do acordo MERCOSUL-UE, revelando a contínua polarização entre setores favoráveis e contrários ao instrumento. Atores como a região belga da Valônia continuam empenhados a obter compensações da UE ou proteções frente ao MERCOSUL a setores potencialmente prejudicados, após o que poderiam levantar restrições ao Acordo.

Após período de forte resistência de setores políticos e econômicos belgas ao texto, surgem sinais de possível convergência em torno do reconhecimento de que o Acordo (i) traria benefícios agregados para a economia como um todo; e (ii) ofereceria oportunidade de inserção geoestratégica da UE no MERCOSUL, frente a concorrentes como China e EUA. Em pronunciamento no parlamento, em abril de 2021, a chanceler Sophie Wilmès manifestou-se de forma construtiva em relação ao Acordo, sinalizando que a Bélgica poderia evoluir para apoiá-lo, caso factível a negociação de compromissos complementares sobre meio ambiente e temas laborais. Discordou de críticos que defendem sua rejeição liminar e recordou que a maioria dos Estados da UE apoiou o acordo durante sua negociação.

ACESSÃO DO BRASIL À OCDE

A Bélgica tem indicado ser favorável, em princípio, à candidatura brasileira a membro da OCDE, no quadro de um processo mais amplo que observe critérios elevados para ingresso na organização e assegure equilíbrio regional.

ASSUNTOS CONSULARES

Estima-se haver na Bélgica cerca de 48 mil brasileiros. As cidades que reúnem o maior número (turistas ou residentes) são Bruxelas, Bruges, Antuérpia e Gante. Os brasileiros residentes no país são atendidos pelo Consulado-Geral em Bruxelas. Não há consulados honorários brasileiros.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

A política interna belga é fortemente condicionada pela particularidade linguístico-comunitária do país, de forma que o Estado atua em peculiar moldura institucional a fim de conciliar a dinâmica histórica e os interesses de suas comunidades linguísticas. Ocasionalmente, ressurgem discussões sobre a adoção de novas configurações institucionais e, até mesmo, novas repartições políticas do território.

Essa premissa explica o panorama da administração pública, no qual há diferente perspectiva sobre as competências dos âmbitos federal, regional e comunitário, em comparação ao Brasil. Na Bélgica de hoje, o Direito das Regiões está no mesmo nível do Direito Federal.

O processo de regionalização iniciou-se nos anos 60, com primeira onda de reformas para atender a distintas reivindicações regionais. Àquela altura, Flandres desejava autonomia cultural e linguística, enquanto a Valônia insistia em ampla reforma econômica.

Com o aprofundamento das reformas de caráter regionalista, a partir de 1970, e a consolidação da União Europeia, verifica-se transferência de competências do nível federal, ora para o nível regional, ora para o nível comunitário-europeu.

Ao longo de sua história, o Estado belga tem passado por reformas constitucionais que o levaram de uma organização institucional unitária clássica para uma federação descentralizada singular. A partir da reforma de 1970, que aprofundou a federalização, a Constituição nacional determina que a Bélgica compreende três comunidades: a Comunidade Francesa, a Comunidade Flamengo e a Comunidade Germanófona. Também dispôs que o país seria dividido em três regiões: Valônia, Flandres e Bruxelas-Capital. As principais instituições federais são o Governo Federal e o Parlamento Federal. As comunidades e as regiões dispõem dos seus próprios poderes Legislativo e Executivo.

A Bélgica é uma monarquia constitucional, democrática e parlamentarista, que adota, ademais, modelo híbrido tanto federal quanto comunitário. Na origem dessa organização constitucional está a preocupação em assegurar a coesão de uma nação plural criada em 1830 em um território onde conviviam três comunidades distintas: a francófona, a neerlandófona e a germanófona. As três comunidades belgas mantêm competências sobre os seguintes temas: ensino, cultura, apoio à juventude, além de determinados aspectos da política de saúde. As três regiões são igualmente competentes em domínios relacionados a obras públicas, agricultura, emprego, ordenamento do território e meio ambiente.

Cada comunidade e cada região é dotada de assembleia parlamentar, eleita diretamente a cada cinco anos, e de um governo, responsável perante a respectiva assembleia. Atualmente, a Bélgica conta, além do Parlamento Federal, com cinco assembleias legislativas:

- a) Conselho da Região de Bruxelas-Capital, ou Parlamento Bruxelense, com 89 membros eleitos diretamente pela população em listas unilinguísticas, que se repartem, no seio da assembleia, em dois grupos linguísticos;
- b) Conselho Regional Valão, ou Parlamento Valão, com 75 membros eleitos diretamente nas províncias da Valônia;
- c) Conselho Flamengo, ou Parlamento Flamengo, representando simultaneamente a Comunidade e a Região Flamenga, com 124 membros, dos quais 118 são eleitos diretamente pela população das províncias flamengas e pelo grupo flamengo do Conselho da Região de Bruxelas-Capital. Quando o Conselho Flamengo atua no âmbito das atribuições regionais, os 6 deputados oriundos de Bruxelas não possuem direito a voto;
- d) Conselho da Comunidade Francesa, ou Parlamento da Comunidade Francesa, que se compõe de 94 conselheiros, dos quais 75 são eleitos pelo Conselho regional valão e 19, eleitos pelo grupo linguístico francês do Conselho da Região de Bruxelas-Capital; e
- e) Conselho da Comunidade Germanófona, com 25 membros eleitos diretamente pela população dos cantões do leste.

Aos cinco Conselhos correspondem, portanto, cinco governos locais, eleitos pelas assembleias e responsáveis perante elas. Os membros dos governos, no entanto, não necessariamente devem ser membros das assembleias legislativas. Cada governo deve, em seu seio, eleger um Presidente, que é a autoridade executiva máxima regional ou comunitária. Esse Presidente deve prestar juramento ao rei, que ratifica a escolha.

O Parlamento Federal tem estrutura bicameral e, até 1993, a Câmara dos Deputados e o Senado detinham as mesmas competências, devendo os projetos de lei ser votados e adotados pelas duas assembleias. A revisão constitucional de 1993, porém, introduziu mudanças nesse quadro. O Senado passou a exercer competências em igualdade com a Câmara em quatro grandes áreas: institucional, internacional, financeiro e jurisdicional. Nesses casos, há bicameralismo pleno. Nas demais áreas, o Senado pode discutir projetos de leis e propor emendas, mas é a Câmara de Deputados que tem a autoridade última. Nessas circunstâncias, o Parlamento funciona em regime de bicameralismo atenuado, nos termos do artigo 78 da Constituição belga. Por fim, há matérias sobre as quais apenas a Câmara de Deputados é competente, como as leis de orçamento e execução orçamentária, fixação do contingente militar, regras relativas à responsabilidade civil e penal dos Ministros federais e leis que regulam a aquisição da nacionalidade.

FAMÍLIA REAL

Em um país fortemente marcado pelas diferenças linguísticas, a monarquia ocupa papel relevante na manutenção da unidade nacional, representando princípios e simbolizando aspirações comuns aos cidadãos. O rei desempenha algumas funções políticas relevantes, que vão além das tradicionais responsabilidades de representação do Estado.

CONTEXTO RECENTE

Em 26 de maio de 2019, foram realizadas eleições regionais, federais e para o Parlamento Europeu. Enquanto os partidos socialistas (PS e S.PA) e o Écolo mantiveram sua posição de relevo em Bruxelas e na Valônia, a agremiação Vlaams Belang foi o grande destaque do pleito em Flandres, com crescimento surpreendente na reta final das eleições. O partido flamengo N-VA continua a ser a principal força política na região.

Após mais de 500 dias de governo provisório, foi formado, em 1º de outubro de 2020, novo governo liderado pelo primeiro-ministro Alexander De Croo (Open VLD), que deverá estar à frente do país até 2024. O atual governo é formado por sete partidos: os socialistas do PS e do S.PA, os liberais do MR e do Open VLD, os verdes do Écolo e do Groen, ademais dos democrata-cristãos flamengos da CD&V, o que assegura maioria no parlamento federal (87 de 150 cadeiras).

POLÍTICA EXTERNA

A Bélgica dedica a maior parte de seus esforços diplomáticos à União Europeia e aos países vizinhos, com quem busca assegurar o mais alto nível de coordenação possível.

Mais recentemente, tem também buscado ampliar sua projeção internacional, especialmente por meio da promoção de grandes temas multilaterais, como a prevenção de conflitos, o combate ao terrorismo, a proteção dos direitos humanos e o fortalecimento da governança global. Esse foco de atuação foi reforçado enquanto o país ocupou assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas no recente mandato 2019-2020. Além disso, o país tem afirmado que os temas ambientais e de segurança estariam vinculados em razão das potenciais tensões sócio-políticas que poderiam advir da mudança do clima. Nesse sentido, defende maior integração dos riscos relativos à questão climática no trabalho do CSNU.

No campo político, a ênfase está nas relações com a União Europeia e nas ações de segurança coletiva no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Cabe mencionar, também, a importância das relações com as ex-colônias belgas na África (a República Democrática do Congo, em particular). Os países da África central são o principal destino das políticas de cooperação e desenvolvimento da diplomacia belga.

UNIÃO EUROPEIA

Desde a eleição do Presidente francês Emmanuel Macron, o governo belga tem buscado maior aproximação com as posições francesas favoráveis a um aprofundamento da integração europeia. O então Primeiro-Ministro Charles Michel, atual presidente do Conselho Europeu, defendeu a necessidade de uma Europa de duas velocidades, na qual haveria integração mais acelerada entre as economias que integram a zona do euro.

Na vertente política, a Bélgica sustentou que a UE deveria criar mecanismo de revisão entrepares em relação ao Estado de Direito, que permitiria ao bloco desenvolver boas práticas e corrigir deficiências de maneira colegiada. Também é favorável ao

desenvolvimento da capacidade de defesa do bloco, com vistas a reduzir ameaças e combater o terrorismo.

ECONOMIA

A Bélgica é um dos países mais ricos do mundo. O país possui setores de indústria e serviços de grande diversificação e eficiência, que lhe permitem notável inserção na economia mundial.

A presença de grandes portos (Antuérpia e Gand estão entre os maiores do continente) e a localização geográfica central em relação à Europa e às principais rotas de comércio internacional permitiram à Bélgica transformar-se em líder dos setores de logística e distribuição. O país beneficia-se também de ambiente de negócios relativamente livre e confiável, em que se destacam os baixos custos de empreendedorismo, os baixos índices de corrupção e a presença de força de trabalho qualificada, multilíngue e adaptada às exigências do mercado global.

A Bélgica foi a primeira nação da Europa continental a promover a Revolução Industrial, no início do século XIX, tendo desenvolvido uma excelente rede de portos, canais, ferrovias e estradas para interligar suas indústrias com mercados consumidores nos vizinhos europeus. As principais regiões industriais concentram-se, atualmente, na região de Flandres, no entorno da capital Bruxelas e nas duas maiores cidades da Valônia - Liège e Charleroi -, estas últimas situadas no antigo cinturão industrial do país.

À exceção do carvão, a Bélgica possui poucos recursos naturais. As indústrias locais importam matérias-primas e semimanufaturados para processamento e posterior reexportação. Os mais tradicionais setores da indústria estão presentes na economia, com destaque para aço, têxteis, refino, processamento de alimentos e fármaco-químicos. A indústria representa 22% do PIB. A maior parte da economia, portanto, baseia-se no setor de serviços, responsável por 77% da riqueza produzida atualmente no país. A capital, Bruxelas, sede de instituições europeias e internacionais de relevo, além de elevado número de representações diplomáticas e de empresas multinacionais, tem praticamente toda a sua economia concentrada no setor de serviços.

Em 2020, a economia recuou 6,2% e as exportações, 12%, notadamente em razão das medidas restritivas decorrentes da crise sanitária. Como consequência, observou-se aumento do desemprego, recorde do déficit público (10% do PIB) e aumento da dívida pública (120% do PIB).

No Índice de Liberdade Econômica da *Heritage Foundation*, o país figurou em 48º lugar (entre 180 países) em 2020, com *score* de 68,9. Em comparação com 2019, é notável certa evolução belga, sobretudo no critério de integridade do governo. No quesito facilidade para fazer negócios, o ranking Doing Business do Banco Mundial mostra o país em 46º lugar entre os 190 avaliados, com *score* de 75. A Bélgica é líder no tópico de comércio transfronteiriço.

COMÉRCIO EXTERIOR

Além de grande país exportador, a Bélgica desempenha papel importante como centro de trânsito e distribuição. Atua como porta de entrada para o comércio exterior europeu, com a posterior distribuição de mercadorias para mercados vizinhos.

O papel da Bélgica como centro logístico regional torna sua economia vulnerável a oscilações na demanda externa, principalmente com os parceiros comerciais da UE, que representam 64,4% das exportações e 61,1% das importações.

Em 2020, as exportações belgas chegaram a US\$ 419 bilhões (-6% em relação a 2019). Os principais destinos das exportações foram Alemanha (17,4% do total), França (13,7%) e Países Baixos (11,5%). Os principais produtos da pauta de exportação são farmacêuticos (14,7% do total), veículos (11,9%) e máquinas (7%).

A Bélgica importou cerca de US\$ 395 bilhões (-7% em relação a 2019), sobretudo dos Países Baixos (16,6% do total), Alemanha (13,7%) e França (9,9%). Os principais produtos importados foram farmacêuticos (13%), veículos (12,5%) e óleos combustíveis (8,4%). A balança comercial do país ficou superavitária em US\$ 23 bilhões em 2020.

INVESTIMENTOS

A economia belga tradicionalmente atrai elevados volumes de investimentos diretos. Os principais países investidores são Holanda, França, Luxemburgo, Suíça, Japão, Suécia, Alemanha e Itália. Os investimentos são orientados principalmente para atividades financeiras e de seguros; atividades profissionais, científicas e técnicas; os setores de manufaturas, eletricidade e gás; o comércio; e o mercado imobiliário.

Depois de recorde em 2018, quando o ingresso de investimentos externos diretos (IED) atingiu US\$ 17,73 bilhões, os fluxos registraram queda de quase 50% em 2019, caindo para US\$ 9,7 bilhões, de acordo com o último Relatório Mundial de Investimento 2020 da UNCTAD. A mudança substancial nos fluxos de IED observada em 2019 pode ser atribuída à incerteza do Brexit. Em 2019, os estoques de IED aumentaram ligeiramente em comparação com o ano anterior, atingindo US\$ 566 bilhões.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1831	Criação do Reino da Bélgica, com regime de monarquia constitucional. Proclamado o Rei Leopoldo I (1831-1865).
1839	Países Baixos reconhecem a independência belga.
1884	Conferência de Berlim outorga ao país o Estado Livre do Congo.
1914	Apesar da neutralidade belga, os alemães invadem seu território durante a 1ª Guerra Mundial.
1940	Ocupação alemã, que dura até 1944. O Rei Leopoldo III entrega-se prisioneiro.
1945	A Bélgica é membro fundador da ONU.
1948	Constituição do Benelux, união aduaneira com Países Baixos e Luxemburgo.
1949	Adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
1950	Plebiscito aprova a volta do Rei Leopoldo III, que delega poderes ao Príncipe herdeiro Balduino I (1930-1993).
1952	Membro constituinte da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA).
1957	Membro da Comunidade Econômica Europeia (CEE).
1960	Independência do Congo.
1962	Independência de Ruanda e Burundi.
1977	Reconhecimento de 3 regiões semiautônomas: Flandres, Valônia, Bruxelas.
1980	Autonomia parcial de Flandres e Valônia.
1992	Parlamento aprova Estado federal. Bélgica ratifica o Tratado de Maastricht, que cria a União Europeia.
2002	Adoção do Euro.
2013	Início do reinado de Philippe.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1830	Reconhecimento do Reino da Bélgica
1863	Laudo Arbitral do Rei dos Belgas, Leopoldo I, resolvendo litígio entre o Brasil e a Grã-Bretanha (Questão Christie) é favorável ao Brasil.
1890	Reconhecimento, pelo Reino da Bélgica, da República do Brasil
1911	Fundação da Câmara de Comércio Belgo-Brasileira, a mais antiga câmara de comércio bilateral da Bélgica.
1918	Constituição da Câmara de Comércio Brasil-Bélgica do Rio de Janeiro.
1920	Rei Albert I, e sua esposa, visitam o Brasil, transportados pelo encouraçado Minas Gerais. Têm início conversações que levarão à criação da companhia belgo-mineira.
1921	A Companhia Siderúrgica Mineira se associa à belga ARBED e passa a se chamar Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira
1938	Constituição da Câmara de Comércio Brasil-Bélgica de São Paulo.
1999	Missão ao Brasil do Príncipe herdeiro Philippe, à frente de missão empresarial
2000	Visita ao Brasil do Ministro da Defesa, André Flahault. Conversações sobre intercâmbio de aeronaves, peças e acessórios e equipamento militar
2009	Visita do Presidente Luís Inácio Lula da Silva à Bélgica.
2010	Visita ao Brasil do Príncipe Philippe.
2011	Visita da Presidente Dilma Rousseff à Bélgica.
2012	Visita da Ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.
2013	Visita do chanceler Didier Reynders ao Brasil.
2014	Encontro entre a Presidente Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Elio Di Rupo em Bruxelas, à margem da VII Cúpula Brasil-União Europeia.
2015	Encontro entre a Presidente Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Charles Michel, em Bruxelas, à margem da II Reunião de Cúpula CELAC-União Europeia.
2016	Encontro do Presidente da República Michel Temer com o Primeiro-Ministro da Bélgica, à margem da 71ª AGNU.
2017	Visita do Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, à Bélgica.
2017	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, à Bélgica.
2017	Visita do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, à Bélgica.
2018	Visita do Ministro dos Transportes, Mauricio Quintella, à Bélgica.
2018	Visita do Ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, à Bélgica.

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

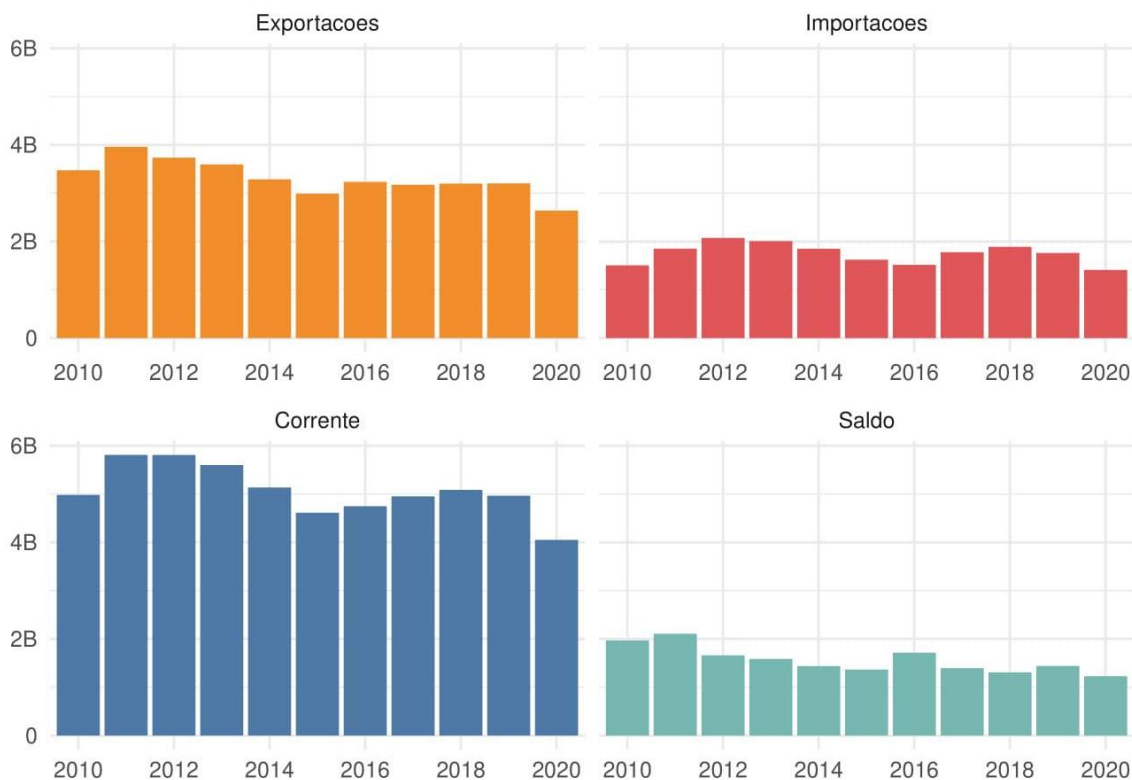
Título	Data de celebração	Status
Tratado de Extradicação	06/05/1953	Em vigor
Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita	10/01/1955	Em vigor
Acordo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica para Regular a Aplicação do Tratado de Extradicação de 06/05/1953	12/11/1956	Em vigor
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e Comuns	27/02/1957	Em vigor
Acordo Complementar estendendo a aplicação do Tratado de Extradicação de 06/05/1953 ao Tráfico Ilícito de Drogas	08/05/1958	Em vigor
Acordo Cultural	06/01/1960	Em vigor
Acordo Sanitário que passa a Regular o Comércio de Carnes e Derivados de Carnes Bovinas	12/10/1965	Em vigor
Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda	23/06/1972	Em vigor
Acordo Relativo ao Reconhecimento Recíproco dos Documentos de Habilitação Nacionais para Dirigir Veículos Automotores	29/11/1983	Em vigor
Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Industrial.	12/03/1985	Em vigor
Acordo sobre Transporte Aéreo	18/11/1999	Em vigor
Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final, de 23/06/1972.	20/11/2002	Em vigor
Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	07/05/2009	Em vigor
Acordo sobre Previdência Social	04/10/2009	Em vigor
Acordo de Serviços Aéreos	04/10/2009	Em ratificação da outra parte
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular	04/10/2009	Em vigor
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas	04/10/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas	04/10/2009	Em vigor

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Material preparado pela Divisão de Promoção e Negociação de Temas da Indústria (DPIND) do Ministério das Relações Exteriores.

COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-BÉLGICA

Fluxo de comércio anual

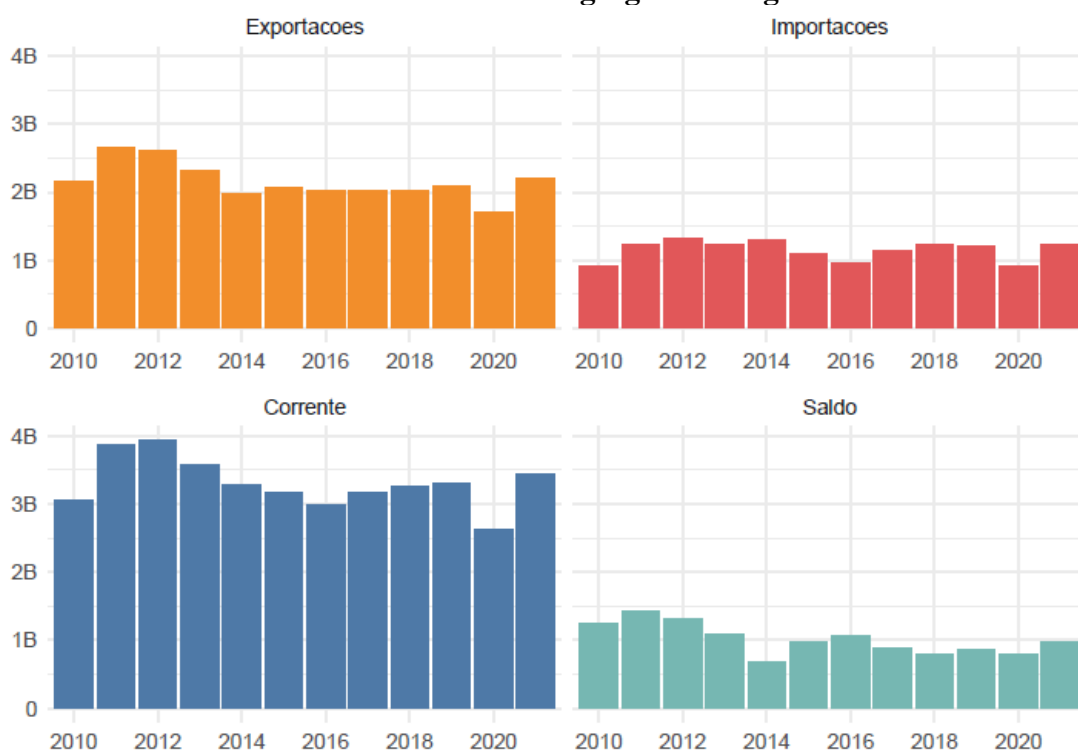


Fonte: Ministério da Economia

	2020	2019	2018	2017	2016
Exportações	3B (-17.56%)	3B (0.16%)	3B (0.73%)	3B (-1.81%)	3B (8.15%)
Importações	1B (-19.91%)	2B (-6.71%)	2B (6.22%)	2B (17.27%)	2B (-6.57%)
Saldo	1B (-14.70%)	1B (10.09%)	1B (-6.26%)	1B (-18.66%)	2B (25.63%)
Corrente	4B (-18.40%)	5B (-2.39%)	5B (2.70%)	5B (4.28%)	5B (2.97%)

	2015	2014	2013	2012	2011
Exportações	3B (-9.05%)	3B (-8.53%)	4B (-3.79%)	4B (-5.67%)	4B (13.91%)
Importações	2B (-12.26%)	2B (-7.84%)	2B (-3.23%)	2B (12.07%)	2B (22.84%)
Saldo	1B (-4.92%)	1B (-9.42%)	2B (-4.48%)	2B (-21.24%)	2B (7.08%)
Corrente	5B (-10.21%)	5B (-8.28%)	6B (-3.59%)	6B (-0.02%)	6B (16.61%)

Fluxo de comércio agregado até agosto

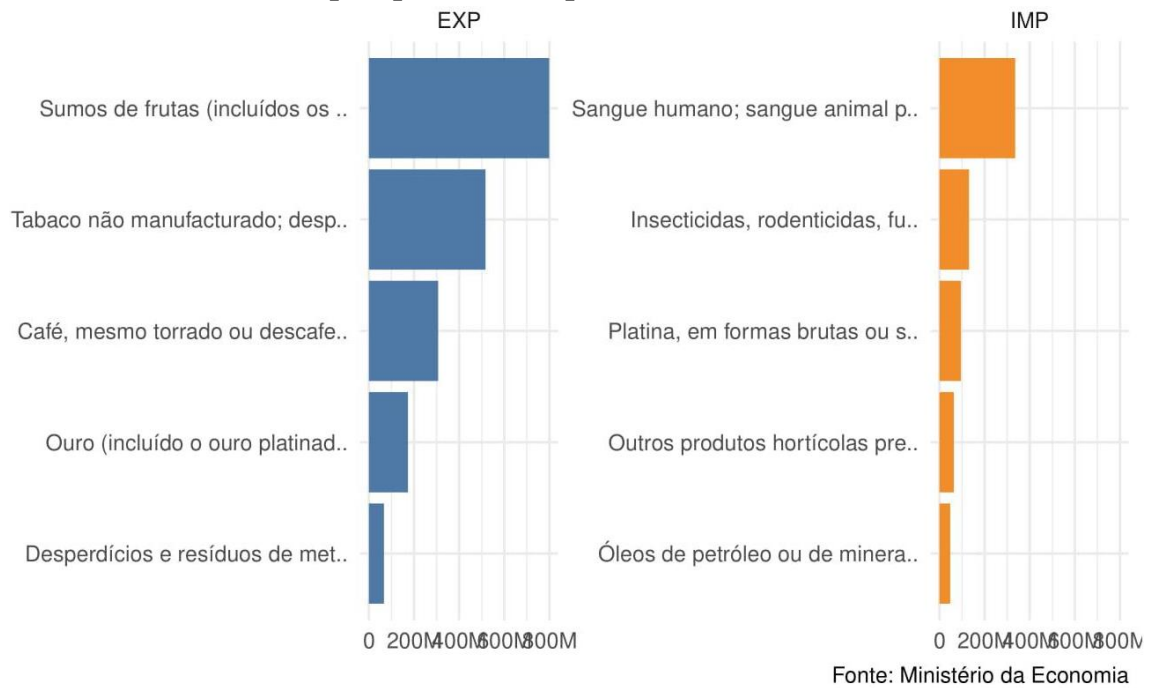


Fonte: Ministério da Economia

	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	2B (29.23914%)	2B (-18.12560%)	2B (2.85601%)	2B (0.30377%)	2B (0.30415%)
Importacoes	1B (35.09%)	908M (-25.38%)	1B (-1.21%)	1B (8.23%)	1B (18.28%)
Saldo	987M (22.641%)	804M (-8.040%)	875M (9.094%)	802M (-9.835%)	889M (-16.023%)
Corrente	3B (31.26%)	3B (-20.79%)	3B (1.32%)	3B (3.15%)	3B (6.10%)

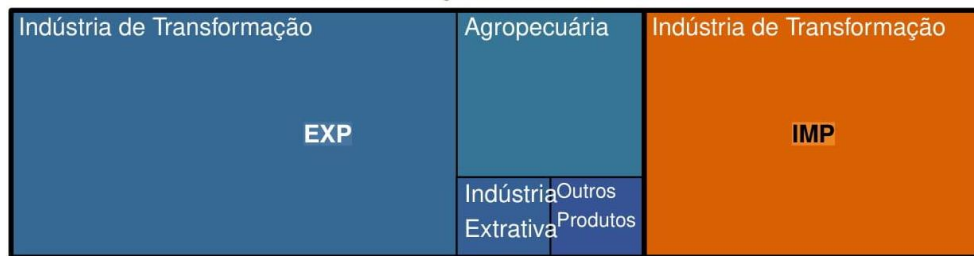
	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	2B (-2.31434%)	2B (3.97481%)	2B (-14.52693%)	2B (-11.24918%)	3B (-0.98272%)
Importacoes	962M (-12.59%)	1B (-15.15%)	1B (4.30%)	1B (-5.48%)	1B (7.09%)
Saldo	1B (9.358%)	968M (39.776%)	693M (-36.117%)	1B (-17.058%)	1B (-7.966%)
Corrente	3B (-5.88%)	3B (-3.57%)	3B (-7.97%)	4B (-9.32%)	4B (1.58%)

Principais produtos da pauta comercial em 2020

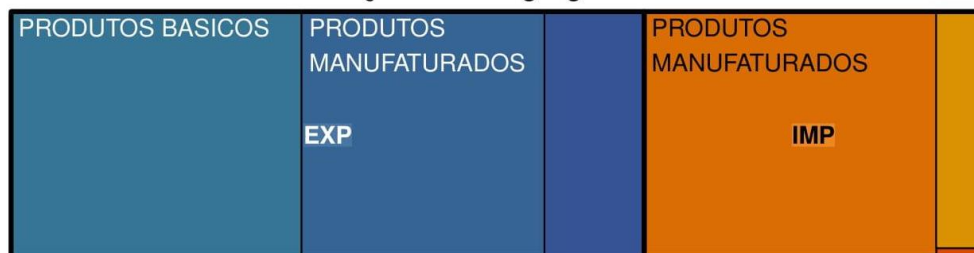


Classificações do comércio

Classificação ISIC em 2020



Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020



Classificação CUCI em 2020



COMÉRCIO TOTAL DA BÉLGICA

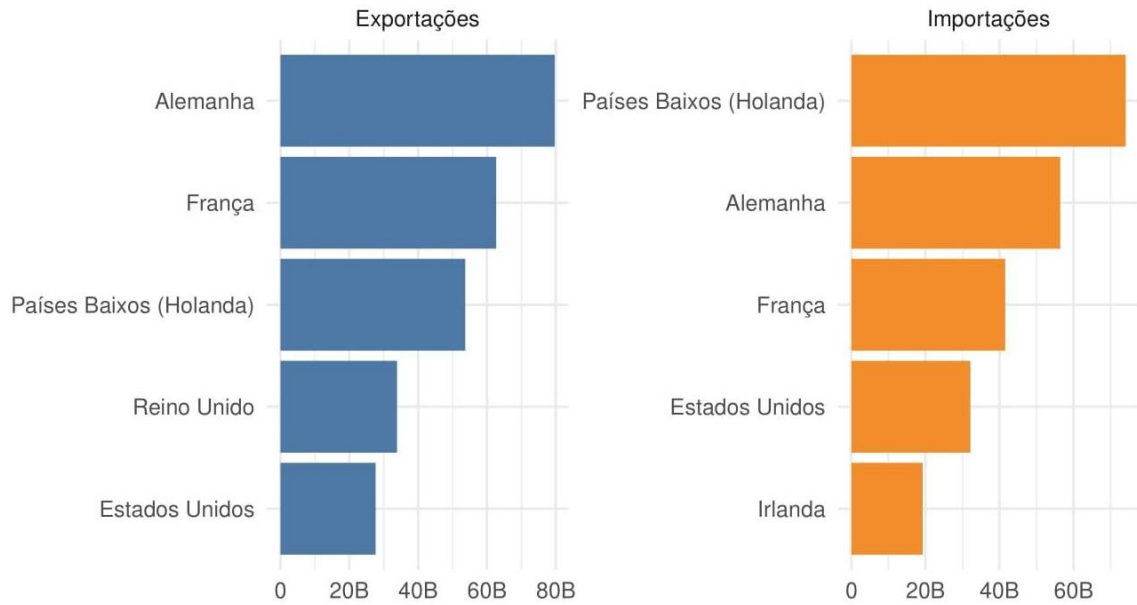
Fluxo de comércio anual



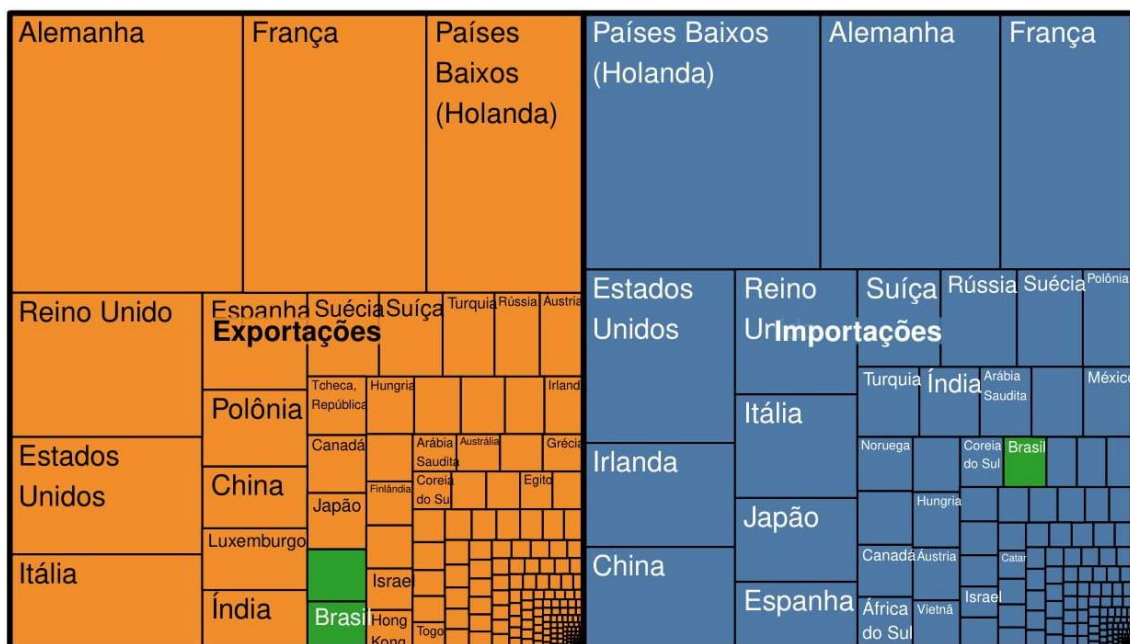
Fonte: Ministério da Economia

	2019	2018	2017
Exportacoes	445.21B (-5.00%)	468.64B (8.96%)	430.09B (7.98%)
Importacoes	426.49B (-6.2%)	454.71B (11.2%)	409.02B (7.8%)
Saldo	18.73B (34.4%)	13.93B (-33.9%)	21.07B (10.8%)
Corrente	871.70B (-5.6%)	923.36B (10.0%)	839.12B (7.9%)

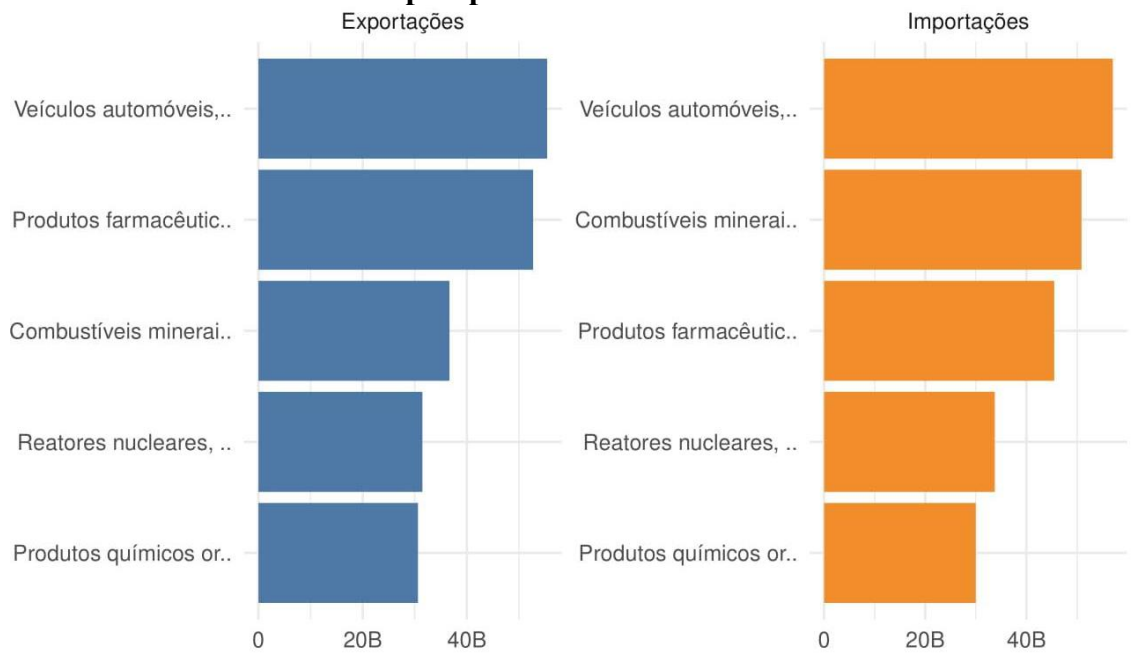
Principais parceiros comerciais



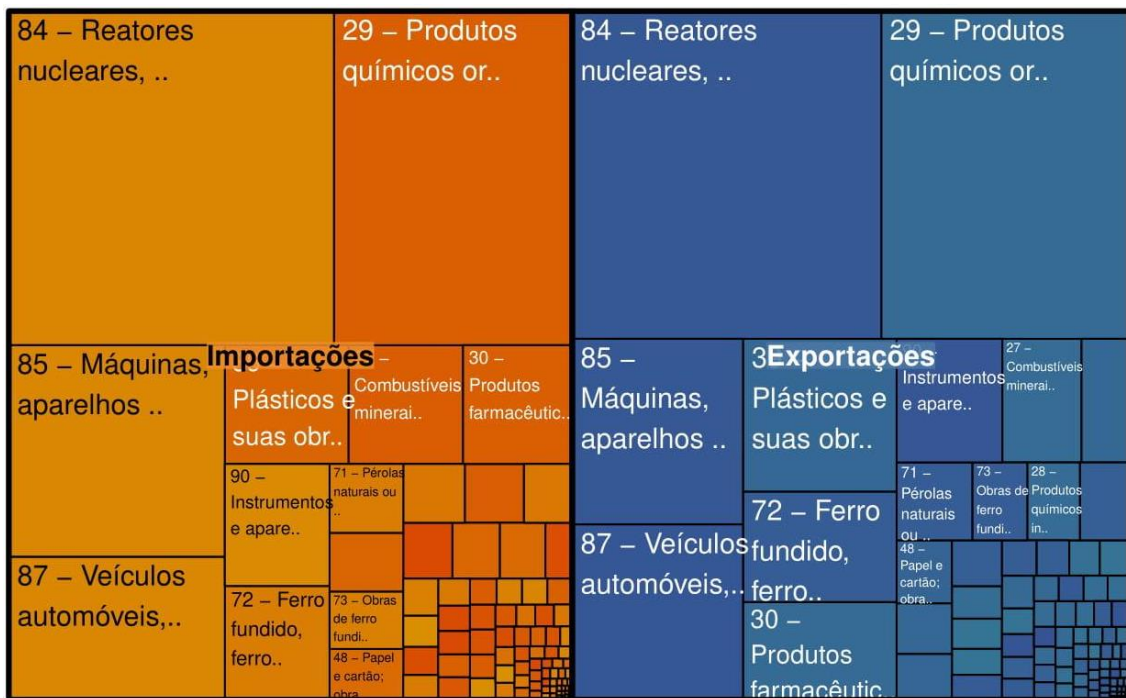
Fonte: COMTRADE-ONU



Principais produtos comercializados

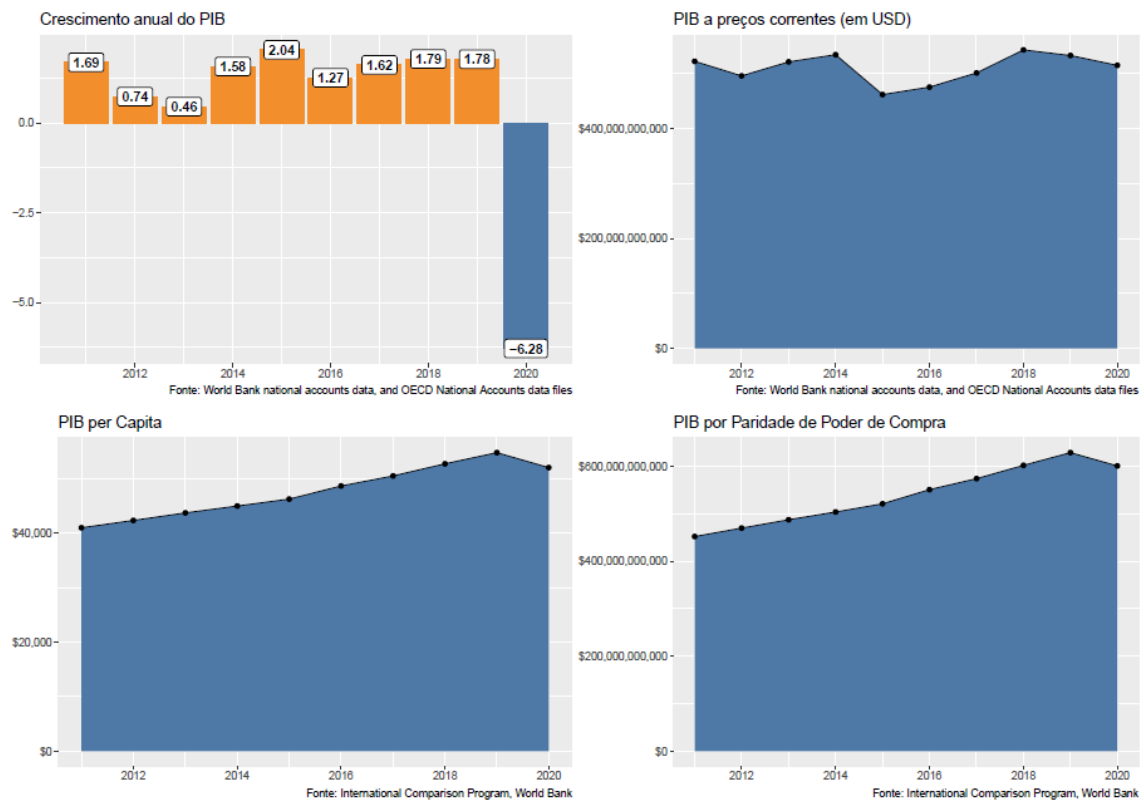


Fonte: COMTRADE-ONU

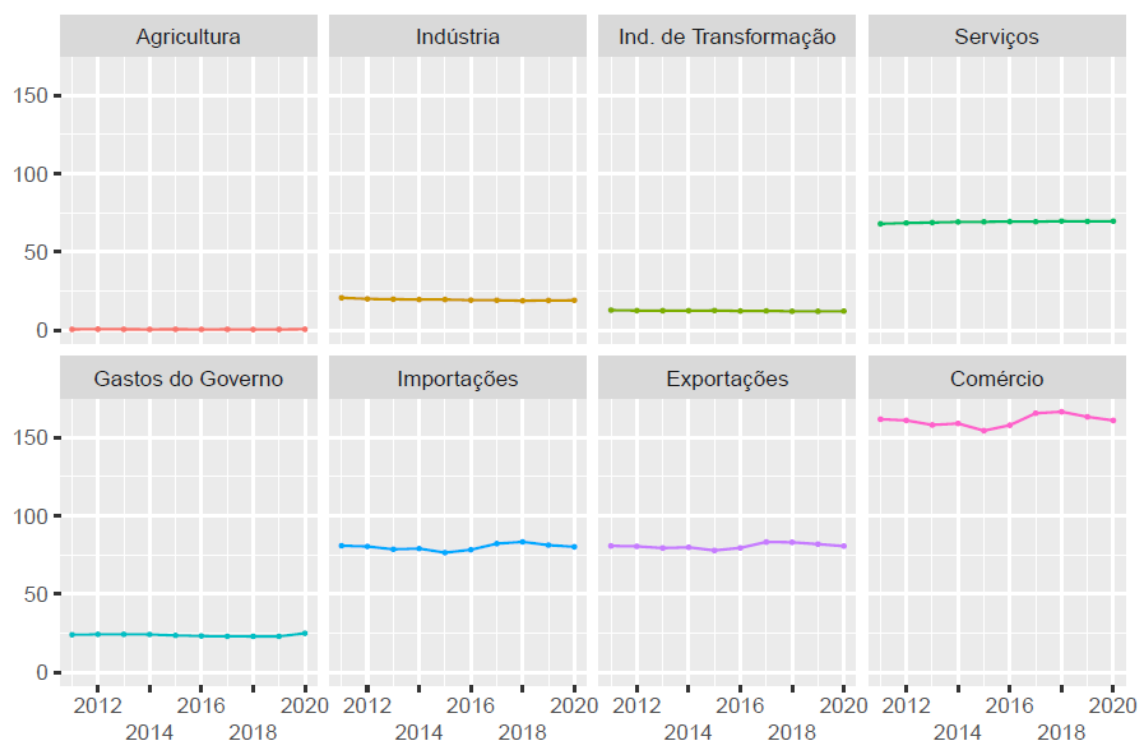


INDICADORES ECONÔMICOS INTERNOS

Produto interno bruto (PIB)

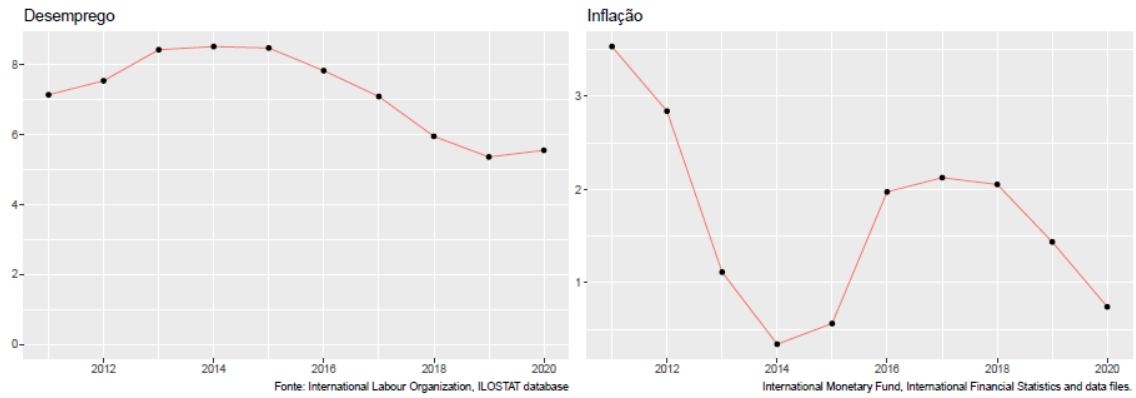


Estrutura da economia em proporção ao PIB

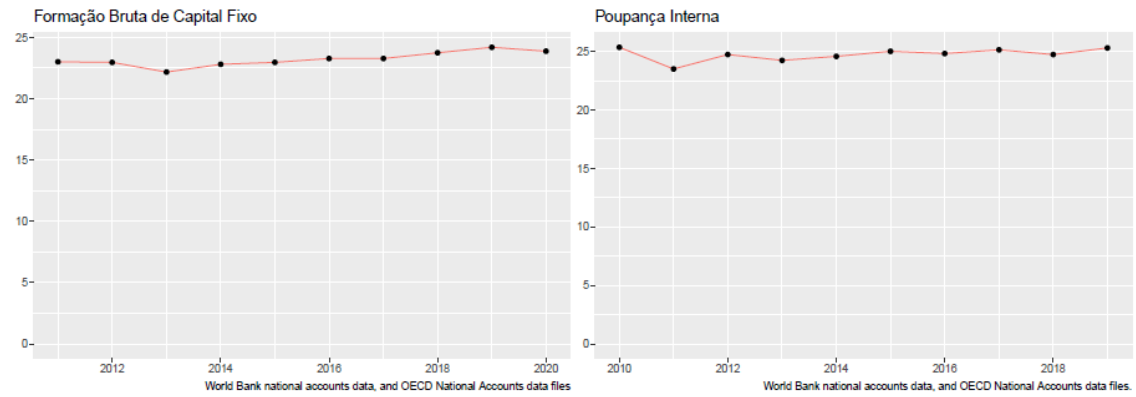


Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

Indicadores de desemprego e inflação



Indicadores de investimentos





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África

Departamento de Europa

Divisão de Europa I

LUXEMBURGO



FICHA-PAÍS

INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Setembro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Grão-Ducado de Luxemburgo
GENTÍLICO	Luxemburguês
CAPITAL	Luxemburgo
ÁREA	2.586 km ²
POPULAÇÃO (2020) ¹	640 mil habitantes
IDIOMA OFICIAL	Luxemburguês, francês e alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES ²	Católica (56%), sem afiliação (26%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (<i>D'Chamber</i>), com 60 membros
CHEFE DE ESTADO	Grão-duque Henri (desde outubro de 2000)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Xavier Bettel (desde dezembro de 2013, Partido Democrático)
CHANCELER	Jean Asselborn (desde julho de 2004, LSAP)
PIB (2020) ¹	US\$ 73,2 bilhões
PIB PPC (2019) ¹	US\$ 73,9 bilhões
PIB PER CAPITA (2020) ¹	US\$ 116.920
PIB PPC PER CAPITA (2020) ¹	US\$ 118.000
VARIAÇÃO DO PIB ¹	4,1% (2021E); -1,3% (2020); 2,3% (2019)
IDH (2019) ³	0,955 – 2º no ranking
EXPECTATIVA DE VIDA (2019) ⁴	82,45 anos
ALFABETIZAÇÃO (2018) ²	99%
DESEMPREGO (7/2021) ⁵	5,7%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
COMUNIDADE BRASILEIRA ⁶	Cerca de 7.000 pessoas

Fontes: (1) FMI; (2) Governo de Luxemburgo; (3) PNUD; (4) Banco Mundial; (5) OCDE; (6) Estimativa do Posto.

CORRENTE COMERCIAL – US\$ milhões						
Brasil → Luxemburgo	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	125,2	137,0	72,2	93,4	169,8	90,0
Exportações	36,4	11,0	31,1	33,8	136,6	50,4
Importações	88,8	126,0	40,9	59,6	33,2	39,6
Saldo	52,4	-115	-9,8	-25,8	103,4	10,8

Fonte: ComexVis – Ministério da Economia

PERFIS BIOGRÁFICOS

Henri

Grão-Duque de Luxemburgo



Nasceu em Betzdorf, em 1955. É o filho mais velho de Jean, Grão-Duque de Luxemburgo entre 1964 e 2000, e da Princesa Joséphine-Charlotte da Bélgica. É primo do atual Rei da Bélgica, Philippe. Tornou-se Grão-Duque de Luxemburgo em 7 de outubro de 2000. É formado em Ciências Políticas pela Universidade de Genebra e realizou treinamento militar na *Royal Military Academy Sandhurst*, na Inglaterra. É membro do Comitê Olímpico Internacional e da *Mentor Foundation* (criada pela Organização Mundial da Saúde). Ostenta a patente militar de coronel no Exército Luxemburguês e de major honorário do Regimento de Paraquedistas do Reino Unido. Casado, desde 1981, com Maria Teresa Mestre, é pai de quatro filhos e uma filha.

Xavier Bettel

Primeiro-Ministro e Ministro de Estado de Luxemburgo



Nasceu em 1973, em Luxemburgo, e graduou-se em Direito Público e Europeu na Universidade de Nancy. Ingressou no Partido Democrático (DP, liberal-centrista) em 1989. Em 1999, aos 26 anos, elegeu-se pela primeira vez à Câmara dos Deputados de Luxemburgo. Foi reeleito em 2004, 2009 e 2013. No parlamento, foi designado Vice-presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos (2004-2013), e Vice-presidente da Comissão de Inquérito sobre as atividades dos serviços de segurança do estado (2012-2013). Entre 2009 e 2011, foi líder da bancada do DP e desde janeiro de 2013, Presidente do partido. No plano local, Xavier Bettel integrou o Conselho Comunal da Municipalidade de Luxemburgo (2000 a 2005) e foi vereador entre 2005 e 2011. Nas eleições locais de 2011, foi eleito Prefeito de Luxemburgo.

Em 4 de dezembro de 2013, foi designado Primeiro-Ministro e Ministro de Estado de Luxemburgo. Xavier Bettel assumiu, por um novo mandato, em 5 dezembro de 2018. É casado com o arquiteto Gauthier Destenay.

Twitter:

@Xavier_Bettel

Jean Asselborn

Ministro dos Negócios Estrangeiros de Luxemburgo



Nasceu em 1949, em Steinfort. Envolveu-se desde cedo com o sindicalismo. Em 1968, começou a trabalhar no setor público, primeiramente na cidade de Luxemburgo e depois em Steinfort. É mestre em Direito Privado pela Universidade de Nancy 2. Após as eleições de 2004, Asselborn tornou-se Vice-Primeiro-Ministro, cargo que ocupou até dezembro de 2013, e Ministro dos Negócios Estrangeiros, que mantém até hoje.

APRESENTAÇÃO

Oficialmente chamado de Grão-Ducado de Luxemburgo, o país faz fronteira com a Bélgica, ao norte e ao oeste; com a Alemanha, ao leste; e com a França, ao sul. Sua capital é a cidade de Luxemburgo. A capital, juntamente com Bruxelas e Estrasburgo, é uma das três sedes oficiais das instituições europeias. Em Luxemburgo, está sediada a Corte Europeia de Justiça, a corte suprema da União Europeia.

Em 1815, Luxemburgo foi reconhecido como Estado autônomo pelo Congresso de Viena. Com o Tratado de Londres, de 1839, perdeu metade de seu território para a Bélgica em troca de maior autonomia. A partir de 1842, o país integrou com a Prússia uma união aduaneira (*Zollverein*). O crescimento econômico de Luxemburgo à época decorreu, em grande medida, da exploração das minas de carvão. A independência plena foi alcançada em 1867. Em 1918, Luxemburgo estreitou relações com a Bélgica estabelecendo, em 1921, a União Econômica Belgo-Luxemburguesa (UEBL).

Ocupado pela Alemanha durante as duas Grandes Guerras, Luxemburgo reergueu-se após os conflitos valendo-se da formação, em 1944, com a Bélgica e os Países Baixos, da União do Benelux, ainda hoje vigente.

A participação luxemburguesa no processo de integração europeia foi bastante ativa desde os primórdios. O Grão-Ducado integrou a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). A partir dos anos 60, verificou-se a consolidação do Grão-Ducado como importante mercado financeiro, favorecido pelo aprofundamento do processo europeu de integração. Apesar de sua população reduzida, a cidade de Luxemburgo tornou-se um centro de negócios cosmopolita. Foi um dos membros fundadores da atual União Europeia. Em 1999, aderiu à zona do euro

Os estrangeiros representam 47,5% da população de Luxemburgo. No último censo, cidadãos de 170 nacionalidades diferentes foram registrados no país. As cinco maiores comunidades estrangeiras do Grão-Ducado, em porcentual sobre a população total, são de portugueses (15,6%), franceses (7,6%), italianos (3,7%), belgas (3,3%) e alemães (2,1%). O português, embora não seja língua oficial, é a segunda mais falada no Grão-Ducado.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES	
Embaixador do Brasil em Bruxelas (cumulatividade – Luxemburgo)	Haroldo de Macedo Ribeiro (desde janeiro de 2019)
Embaixador de Luxemburgo em Brasília	Carlo Krieger (desde junho de 2017)
Cônsul-geral honorário de Luxemburgo em São Paulo	Jan Eichbaum

As relações brasileiras com o Grão-Ducado foram estabelecidas em 1911. Historicamente, Luxemburgo destacou-se como parceiro importante na industrialização brasileira, por meio da criação da Siderúrgica Belgo-Mineira, hoje a companhia indiano-luxemburguesa ArcelorMittal.

Em 2017, o embaixador Carlo Krieger apresentou suas cartas credenciais e tornou-se o primeiro embaixador residente do Grão-Ducado no Brasil, na sequência da criação da primeira e, até o momento, única embaixada residente de Luxemburgo na América Latina. Em se considerando o número reduzido de missões diplomáticas do Grão-Ducado, a decisão revelou a importância atribuída pelo país ao Brasil. A Embaixada do Brasil em Bruxelas se ocupa cumulativamente do relacionamento com Luxemburgo.

VISITAS RECENTES

No campo político, o Grão-Duque Henri realizou visita de Estado ao Brasil em novembro de 2007, acompanhado da Grã-duquesa Maria Teresa. O programa da visita incluiu passagens por Ouro Preto, São Paulo, Ribeirão Preto e Vitória. Em São Paulo, o Grão-Duque fez pronunciamento na abertura de dois seminários sobre a promoção de negócios e serviços financeiros. Visitou, na região de Ribeirão Preto, a usina Santa Elisa de produção de etanol. No Espírito Santo, participou da inauguração das obras de ampliação da usina siderúrgica de Tubarão, do grupo siderúrgico ArcelorMittal. O Grão-duque também realizou visitas ao Brasil em 2012, por ocasião da Conferência Rio+20, e em 2016, por ocasião da Cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016, na condição de membro do Comitê Olímpico Internacional (COI). Cabe lembrar que, como membro do COI, participou da eleição que escolheu o Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016.

As visitas ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jean Asselborn, em 2013, 2016 e 2018, também contribuíram para o estreitamento dos laços bilaterais.

Em novembro de 2014, o Ministério das Finanças e a Câmara de Comércio do Grão-Ducado de Luxemburgo organizaram missão político-empresarial multissetorial ao Brasil. A delegação luxemburguesa, chefiada pelo Grão-Duque herdeiro, o Príncipe Guillaume, e conduzida pelo Ministro das Finanças, Pierre Gramegna, promoveu

seminário em São Paulo sobre os aspectos econômicos e financeiros da relação bilateral. A visita culminou com reunião entre o Grão-duque herdeiro e o então Vice-presidente Michel Temer.

Em 11 de junho de 2015, a então Presidente Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Xavier Bettel encontraram-se em Bruxelas, à margem de encontro CELAC-UE. Em março de 2018, foi inaugurada oficialmente a sede da nova Embaixada de Luxemburgo em Brasília, com a presença do chanceler de Luxemburgo, Jean Asselborn.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Mais recentemente, Luxemburgo passou a ocupar lugar de destaque como origem de investimentos estrangeiros. Circulam na praça financeira luxemburguesa US\$ 4 trilhões em investimentos. Fundos de investimento sediados em Luxemburgo canalizam, por exemplo, cerca de ¼ dos fundos globais investidos na China e cerca de ¾ dos fundos europeus que investem no país asiático.

No Brasil, pelo critério de país investidor imediato, Luxemburgo mantinha, em 2019, investimentos de US\$ 54,2 bilhões (4º maior). Pelo critério de país controlador final, o montante é de US\$ 19,3 bilhões (11º maior). A diferença decorre do fato de Luxemburgo atuar como país-sede de empresas intermediárias, que atuam na canalização de investimento direto de países controladores finais (notadamente a China) para o Brasil.

Os principais setores beneficiados por investimentos originados de Luxemburgo são: extração de petróleo e gás natural, telecomunicações, produtos alimentícios, metalurgia, extração de minerais metálicos e celulose e produtos de papel.

No campo comercial, o Brasil é o principal parceiro comercial de Luxemburgo na América Latina, tendo a corrente chegado a US\$ 90 milhões em 2020, com queda de 47% em relação a 2019. Em 2020, as exportações brasileiras para Luxemburgo foram de US\$ 50,4 milhões (-63,1%), e as importações desde Luxemburgo, de US\$ 39,6 milhões (+19,3%). O saldo comercial bilateral foi favorável ao Brasil em US\$ 10,8 milhões. Luxemburgo figurou no 108º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras, absorvendo 0,02% do total, e o país ocupa o 84º lugar no ranking das importações brasileiras (0,02% do total).

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram minério de ferro e seus concentrados (48%); óleos combustíveis (22%); e motores e máquinas não elétricos (5,8%). A pauta importadora é composta por máquinas e equipamentos (12%); fios especiais e tecidos (11%); e equipamentos de aquecimento e resfriamento (10%).

ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

Luxemburgo acompanha fundamentalmente seus parceiros da UE em sua política externa, em particular nos campos dos direitos humanos, meio ambiente e comércio internacional.

Em reunião de Ministros da Agricultura da UE, em novembro de 2020, Luxemburgo apoiou nota proposta pela Áustria em oposição ao acordo. A nota repete as

alegações sobre os impactos do acordo para a agricultura europeia e sobre padrões supostamente inferiores nas áreas agrícola e de sustentabilidade no MERCOSUL. Demanda-se, na nota, a manutenção do princípio da unanimidade no Conselho e que a Comissão esteja, em última análise, aberta a reconsiderar o acordo.

ACESSÃO DO BRASIL À OCDE

Luxemburgo reconhece de forma reiterada as credenciais brasileiras, mas relembra que favorece o formato 1+1 (europeu/não europeu). Este reflete a preocupação europeia de que a OCDE continue servindo de instrumento para a preparação institucional dos países do leste europeu para futura adesão à União Europeia ou, no caso daqueles que já são membros, a melhor adaptação às regras do bloco.

CONSULTAS POLÍTICAS

Em junho de 2021, ocorreu a primeira reunião de consultas políticas entre Brasil e Luxemburgo, em nível de Secretários, por videoconferência. Tratou-se de discussão produtiva, em que foram revistos os principais temas da agenda bilateral.

ASSUNTOS CONSULARES

Em Luxemburgo, a comunidade brasileira é estimada em 7.000 cidadãos. O Brasil conta com Cônsul honorário no país. Luxemburgo, por sua vez, conta com Cônsul-Geral honorário em São Paulo.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

O Grão-Ducado de Luxemburgo é uma monarquia constitucional parlamentar, cuja Constituição data de 1868. O sistema político luxemburguês conta atualmente com um chefe de Estado, o Grão-duque Henri, com função honorífica, embora constitucionalmente investido de poder executivo, e um chefe de governo, o Primeiro-Ministro Xavier Bettel. Guillaume de Luxemburgo ocupa a posição de Grão-Duque herdeiro. Em 10/05/20, nasceu o Príncipe Charles, filho primogênito do Grão-Duque herdeiro e da Grã-Duquesa herdeira Stéphanie.

O Poder Executivo é exercido, de fato, pelo Primeiro-Ministro, escolhido pelo Grão-Duque, que lidera o Conselho de Ministros. A Câmara dos Deputados, órgão legislativo unicameral, conta com 60 membros eleitos para mandato de cinco anos por sufrágio universal direto obrigatório para os cidadãos com mais de 18 anos. O país divide-se em quatro circunscrições eleitorais, 12 cantões e 105 comunas, das quais 12 delas têm estatuto de cidade, sendo Luxemburgo a mais importante.

Desde 1919, o Partido Cristão Social (CVS), de corte democrata-cristão tradicional (centro-direita), tem sido a força dominante na política local, estando à frente de praticamente todos os gabinetes, à exceção de 1940-1945, de 1974-1979 e do governo atual, iniciado em 2013.

FATOS RECENTES

No poder desde dezembro de 2013, o atual governo tem reproduzido valores e políticas tradicionais luxemburguesas: rigoroso controle dos gastos públicos, reforma fiscal, com redução seletiva da carga tributária, e fomento e defesa da praça financeira do país.

O governo, liderado pelo Primeiro-Ministro Xavier Bettel, foi empossado para novo mandato em dezembro de 2018, após as eleições legislativas do mesmo ano. A coalizão governamental é formada, atualmente, pelo Partido Democrático (12 cadeiras, centro-direita, partido do Primeiro-Ministro), pelo Partido Operário Socialista Luxemburguês (LASP, 10 cadeiras, social-democrata), e pelos Verdes (9 cadeiras, centro). O gabinete possui dois Vice-Primeiros-Ministros – Etienne Schneider, Presidente do LASP, e Félix Braz, Presidente dos Verdes – e por quatorze Ministros, inclusive o Chanceler Jean Asselborn.

Na oposição, o tradicional Partido Cristão Social (CVS) segue sendo a principal força do parlamento, com 21 cadeiras. O bloco oposicionista também é formado pelo Partido da Reforma Democrática Alternativa (4 cadeiras, nacional-conservador), pelo Partido Pirata (2 cadeiras, liberal), e pelo A Esquerda (2 cadeiras, esquerda).

Diante de seu bom desempenho nas últimas eleições, o partido Verde conseguiu incluir no programa do novo governo muitos aspectos de seu próprio programa, a exemplo do objetivo de reduzir as emissões de dióxido de carbono a zero até 2050, de

tornar a agricultura 100% biológica até o mesmo ano e de realizar a transição para uma matriz energética 100% renovável o mais rápido possível.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Grão-Ducado do Luxemburgo é influenciada por sua geografia e sua posição como um dos centros financeiros mundiais. A dimensão do Grão-Ducado e sua posição geográfica entre a França e a Alemanha inserem a integração europeia com relevância na sua política externa.

O país foi pioneiro no processo de integração continental, participando ativamente da fundação do Benelux (1944) e da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1952). Em 1957, junto com a Alemanha, a Bélgica, a França, a Itália e os Países Baixos, assinou o Tratado de Roma, que instituiu a Comunidade Econômica Europeia (CEE), embrião do que viria a tornar-se a União Europeia. A cidade de Luxemburgo é uma das três sedes oficiais das instituições europeias, como Bruxelas e Estrasburgo. Luxemburgo é ainda membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1961. Embora membro ativo desses organismos internacionais, Luxemburgo tem atuação internacional discreta, dedicando atenção especial aos temas econômicos e financeiros internacionais.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus Jean Asselborn menciona em seus discursos como prioridades de seu país a proteção dos interesses do país e de seus cidadãos, bem como a defesa da soberania, da independência e da liberdade do Grão-Ducado. Na visão luxemburguesa, o comércio, além de criar prosperidade, promove a paz entre as nações. Assim, segundo o Ministro Asselborn, seu país posiciona-se a favor do fortalecimento do Mercado Comum europeu e defende o sistema de comércio multilateral baseado em regras, criticando as tendências protecionistas que identifica no cenário atual. Defende que a política comercial europeia seja um instrumento de alavancagem para a promoção dos valores comuns do bloco, tanto em instituições europeias quanto em organismos internacionais.

No terreno da defesa, a despeito do pequeno tamanho de suas forças armadas, Luxemburgo tem prestado contribuição a missões de paz. Participou, dentre outras, da UNPROFOR e ISOFOR (antiga Iugoslávia), SFOR (Bósnia e Herzegovina) e ISAF (Afeganistão). Em 2012, Luxemburgo elegeu-se pela primeira e única vez, com apoio do Brasil, para mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no biênio de 2013- 2014.

UNIÃO EUROPEIA

As relações de Luxemburgo com a União Europeia têm caráter primordial. Luxemburgo entende que a UE deve reforçar sua dimensão social para atender às expectativas de qualidade de vida de seus cidadãos. Assim, o atual governo buscou se comprometer, em nível europeu, com a implementação de conquistas como o salário-

mínimo, a rede de apoio aos desempregados e os instrumentos de proteção social básicos.

BENELUX

A cooperação com os países do Benelux é elemento estratégico da política externa, seja essa cooperação realizada por meio de projetos transfronteiriços entre os três países membros, seja em âmbito europeu e internacional. Em janeiro de 2019, Luxemburgo assumiu a presidência do Comitê de Ministros da União do Benelux, propondo três prioridades para o grupo: desenvolvimento do mercado entre os três países, transição energética e enfrentamento das mudanças climáticas e promoção da digitalização.

ECONOMIA

A economia de Luxemburgo teve desempenho muito superior ao desempenho dos demais integrantes da zona do euro no período posterior à crise de 2008 até a atualidade. Há crescente interesse no impacto que a digitalização poderá provocar em segmentos do setor financeiro como a contabilidade, a coleta e o processamento de dados, bem como a verificação de contratos, o que impulsiona os esforços de diversificação econômica.

Em 2020, segundo dados preliminares, embora houvesse expectativa de queda maior do PIB em razão da pandemia, a economia do Grão-Ducado recuou cerca de 3,1%, muito em razão do bom desempenho relativo do setor financeiro - carro-chefe de sua economia. Espera-se, contudo, que o impacto maior da crise sanitária sobre as empresas luxemburguesas deverá ocorrer ao longo de 2021. O PIB de Luxemburgo é majoritariamente baseado em serviços (cerca de 87%), seguido do setor industrial (cerca de 13%), enquanto a agricultura contribui com parcela ínfima do agregado (menos de 0,3%).

No âmbito da liberdade econômica, Luxemburgo possui bons índices. No Índice de Liberdade Econômica da The Heritage Foundation, o Grão-Ducado figurou em 19º lugar (entre 180 países) em 2020, com *score* de 75,8. Já em facilidade para fazer negócios, o ranking Doing Business do Banco Mundial mostra o país em posição intermediária – 72º lugar entre os 190 avaliados, com *score* de 69,6.

DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA

O governo de Luxemburgo mantém interesse em promover maior diversificação da economia, aumentando investimentos, sobretudo nos setores de ciência e tecnologia, particularmente no espacial.

A preocupação com a diversificação econômica remonta à década de 70, quando o colapso do setor siderúrgico obrigou o Grão-Ducado a reinventar-se como praça financeira internacional, apostando em sua localização geográfica central, no multilinguismo, na estabilidade política e na abertura a investimentos. Atualmente, o setor de informação e comunicações responde por 8% do PIB. Como parte do esforço de diversificação econômica, Luxemburgo tem buscado promover o desenvolvimento de setores de tecnologia de ponta, como tecnologia verde, biomedicina, logística, segurança cibernética e comunicação por satélite.

Entre 2018 e 2021, Luxemburgo pretende alocar €1,5 bilhão em pesquisa e desenvolvimento. Os gastos públicos com ciência e tecnologia correspondem a aproximadamente 0,7% do PIB, nível semelhante à média dos demais membros da UE. Parte importante do esforço de diversificação é o desenvolvimento de uma indústria espacial, que já corresponde a 2% do PIB. A empresa de satélites SES, com valor de mercado estimado em € 8,2 bilhões, teve início na década de 80 com investimentos públicos em televisão por satélite.

O governo adotou modelo de exploração espacial baseado no Space Act americano e firmou parcerias sobre mineração espacial com o Japão, a China, a Polônia, Portugal, a República Tcheca, os Emirados Árabes Unidos e a Rússia. Note-se que o potencial econômico da mineração espacial tem aumentado o interesse de empresas e de países como Luxemburgo na revisão do marco legal espacial estabelecido no Tratado de 1967, que proíbe países de reivindicarem a propriedade de corpos celestes.

GERENCIAMENTO DE ATIVOS

A assinatura de acordo de cooperação financeira, em janeiro de 2019, sobre reconhecimento mútuo de fundos de investimentos, entre Luxemburgo e Hong Kong, ilustra a estratégia do Grão-Ducado de consolidar-se como um centro internacional de gerenciamento de ativos e atrair parte da indústria de serviços financeiros deslocada de Londres com o Brexit.

Luxemburgo tem fortalecido sua estratégia de atração de instituições financeiras e já é hoje o segundo maior hub de fundos de investimento no mundo, após os EUA, com a gestão de recursos da ordem de €4,6 trilhões. O país tem concedido números recordes de novas licenças para bancos, empresas de gestão, gestores de ativos alternativos, seguradoras e empresas de investimento. Diversas instituições financeiras já anunciaram planos de deslocar-se de Londres para Luxemburgo. O Santander Brasil consta entre as instituições financeiras que abriram escritórios em Luxemburgo em 2018, juntando-se a bancos como Bradesco e o Itaú Unibanco.

COMÉRCIO EXTERIOR

Cerca de 78,4% das exportações e 76,4% das importações de Luxemburgo tiveram como destino ou foram provenientes da União Europeia.

Em 2020, as exportações luxemburguesas chegaram a US\$ 13,4 bilhões, representando queda de 8% em relação a 2019. Os principais destinos das exportações foram Alemanha (26,2% do total), França (16%) e Bélgica (12,4%). Os principais produtos da pauta de exportação são máquinas (13,5% do total), plásticos (11,1%) e ferro e aço (9,8%).

Luxemburgo importou cerca de US\$ 20,6 bilhões (-9% em relação a 2019), sobretudo da Bélgica (24,4% do total), Alemanha (23,9%) e França (10,8%). Os principais produtos importados foram veículos (15%), máquinas (10,2%) e óleos combustíveis (7,1%). A balança comercial do país ficou deficitária em US\$ 7,2 bilhões em 2020.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1354	O Condado de Luxemburgo torna-se Ducado.
1437	A dinastia dos Condes de Luxemburgo passa aos Habsburgos da Espanha.
1715	Os principados do Norte passam ao poder dos Habsburgos da Áustria.
1815	A partir do Congresso de Viena, Luxemburgo transforma-se em Grão-Ducado atribuído ao Rei da Holanda, Guilherme de Nassau, passando a integrar a Confederação Germânica.
1831	A parte sul do território passa para a Bélgica e o restante fica na posse do Rei da Holanda, embora integrado à Confederação Germânica.
1839	Tratado de Londres confirma o estatuto de independência de Luxemburgo, conferido pelo Congresso de Viena.
1867	Após dissolução da Confederação Germânica, Luxemburgo alcança a soberania, sob o estatuto de neutralidade.
1868	Constituição define o país como monarquia constitucional parlamentarista.
1914	Na I Guerra Mundial, a Alemanha ocupa o Grão-Ducado, violando o status de neutralidade do país.
1921	Luxemburgo estabelece União Econômica com a Bélgica e adere à Liga das Nações.
1940	Durante a II Guerra Mundial, é novamente ocupado por tropas alemãs e a família real, que apoiara os Aliados, exila-se na Inglaterra.
1945	Luxemburgo é membro fundador da ONU.
1946	Luxemburgo, Bélgica e Países Baixos formam União Aduaneira, o Benelux.
1948	O Grão-Ducado abandona a neutralidade, unindo-se à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
1952	Luxemburgo é Estado membro fundador da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA).
1957	Luxemburgo é Estado membro fundador da Comunidade Econômica Europeia (CEE).
1999	Luxemburgo adota o euro como moeda.
2000	Ascensão do Grão-duque Henri como chefe de Estado do Luxemburgo.
2019	Falecimento do Grão-Duque Jean.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1911	Estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Luxemburgo.
1942	Visita ao Brasil do grão-duque Herdeiro Jean, como convidado oficial do governo brasileiro.
1956	Visita oficial do Presidente Juscelino Kubitschek a Luxemburgo.
1965	Visita oficial do Grão-duque Jean e da Grã-duquesa Charlotte ao Brasil.
1985	O então Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, para o Comércio Exterior e para a Cooperação, Robert Goebbels, chefioa a Missão Especial luxemburguesa às cerimônias de posse do Presidente José Sarney.
1990	O Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, do Comércio Exterior e da Cooperação, Jacques F. Poos, chefioa a Missão especial luxemburguesa às cerimônias de posse do Presidente Fernando Collor de Mello.
1992	O Primeiro-Ministro Jacques Santer chefioa a Delegação luxemburguesa à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro.
2001	Visita ao Brasil da Vice-Primeira-Ministra e Ministra dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Exterior, Lydie Polfer.
2007	Visita do Vice-Primeiro-Ministro e chanceler Jean Asselborn ao Brasil.
2007	Visita do Grão-duque Henri e da Grã-duquesa Maria Teresa ao Brasil.
2012	Visita do Grão-duque Henri ao Brasil, por ocasião da Rio+20.
2014	Visita ao Brasil do Grão-duque herdeiro, Guillaume de Luxemburgo, acompanhado da Princesa Stéphanie de Lannoy e do Ministro das Finanças, Pierre Gramegna.
2015	Encontro da Presidente Dilma Rousseff com o Primeiro-Ministro Xavier Bettel em Bruxelas, à margem de reunião da CELAC.
2016	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jean Asselborn, ao Brasil.
2016	Visita do Grão-duque Henry, por ocasião da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos.
2017	Embaixador Carlo Krieger apresenta suas cartas credenciais ao presidente Michel Temer.
2018	Inauguração da Embaixada do Grão-Ducado em Brasília, a primeira na América Latina, com presença do chanceler Jean Asselborn.
2018	Visita do Vice-Primeiro-Ministro Étienne Schneider ao Brasil.

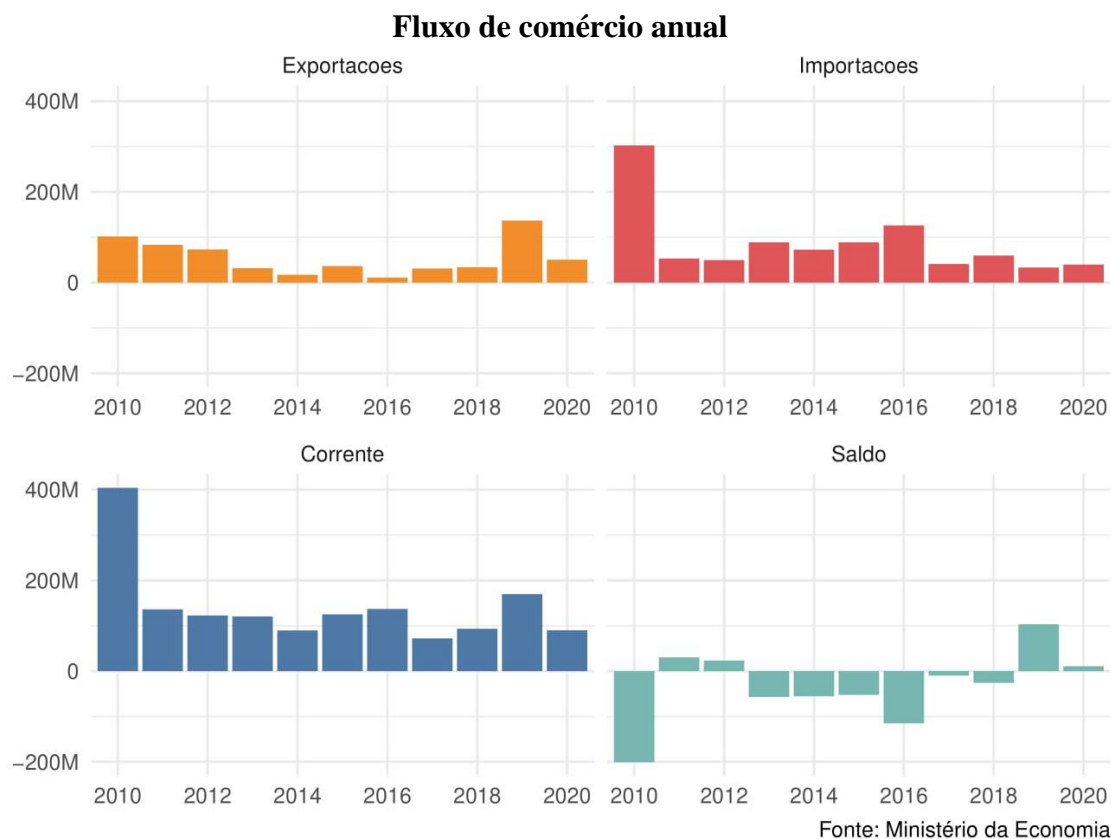
ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

Título	Data de celebração	Status
Acordo sobre Passaportes	24/08/1957	Em vigor
Convenção sobre Seguros Sociais	16/09/1965	Em vigor
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital	08/11/1978	Em vigor
Acordo de Previdência Social	22/06/2012	Em vigor
Acordo para a Criação de uma Comissão Mista Brasil-União Econômica Belgo-Luxemburguesa de Desenvolvimento Econômico	17/11/1995	Em vigor
Acordo Sobre Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada	25/09/2018	Tramitação Congresso
Acordo sobre Serviços Aéreos	22/11/2018	Tramitação Congresso

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Material preparado pela Divisão de Promoção e Negociação de Temas da Indústria (DPIND) do Ministério das Relações Exteriores.

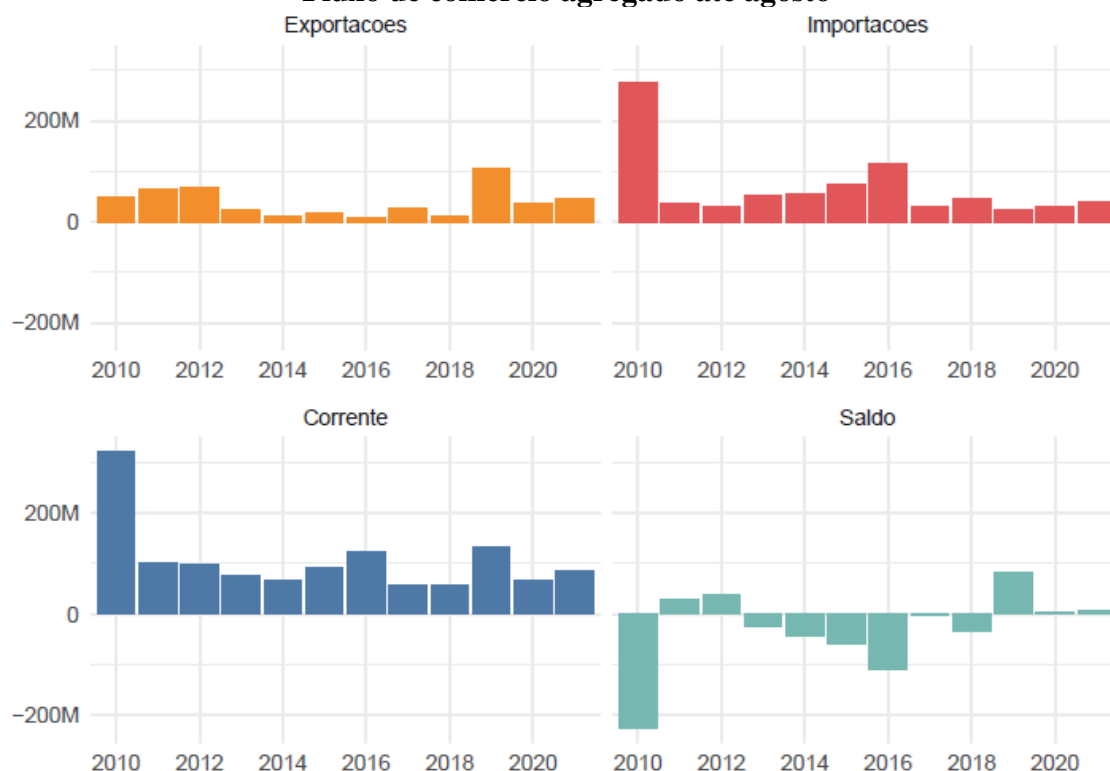
COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-LUXEMBURGO



	2020	2019	2018	2017	2016
Exportacoes	50M (-63.1%)	137M (304.1%)	34M (8.6%)	31M (183.9%)	11M (-69.9%)
Importacoes	40M (19.2%)	33M (-44.3%)	60M (45.7%)	41M (-67.5%)	126M (42.0%)
Saldo	11M (-89.5%)	103M (300.3%)	-26M (-363.4%)	-10M (-108.5%)	-115M (-319.6%)
Corrente	90M (-46.98%)	170M (81.79%)	93M (29.66%)	72M (-47.42%)	137M (9.46%)

	2015	2014	2013	2012	2011
Exportacoes	36M (112.2%)	17M (-46.1%)	32M (-56.5%)	73M (-12.4%)	83M (-18.1%)
Importacoes	89M (22.4%)	73M (-18.2%)	89M (78.6%)	50M (-6.1%)	53M (-82.5%)
Saldo	-52M (-194.6%)	-55M (-197.3%)	-57M (-344.2%)	23M (-23.2%)	30M (-84.9%)
Corrente	125M (39.56%)	90M (-25.57%)	120M (-1.77%)	123M (-9.93%)	136M (-66.29%)

Fluxo de comércio agregado até agosto

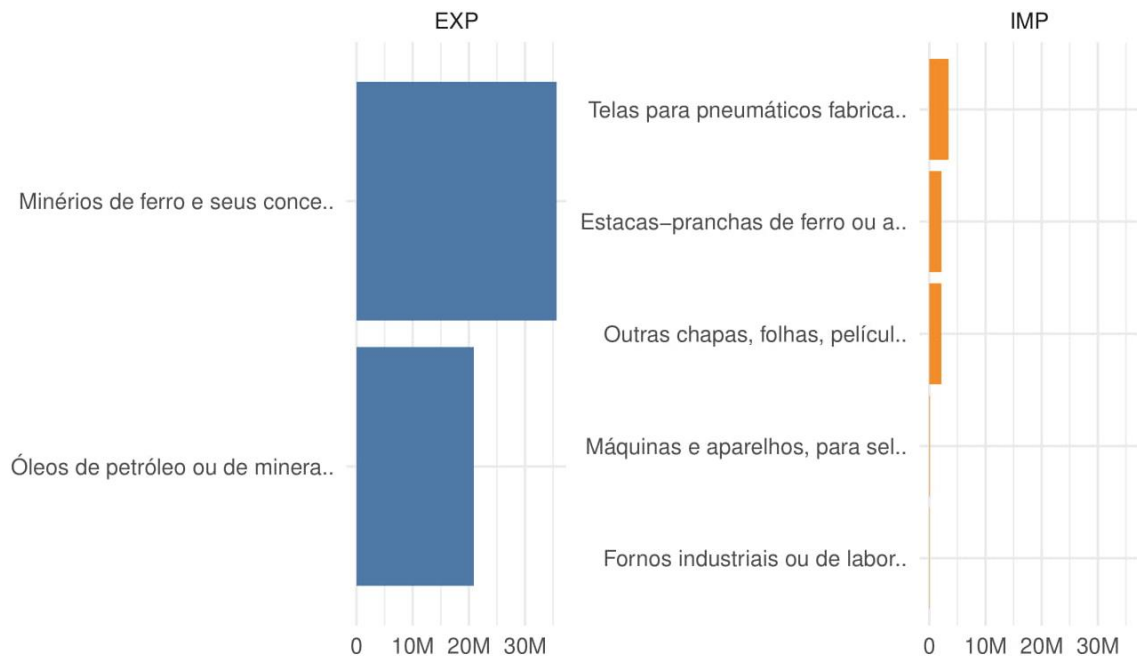


Fonte: Ministério da Economia

	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	46M (30.54%)	36M (-66.85%)	107M (866.38%)	11M (-58.81%)	27M (288.75%)
Importacoes	40M (33.0%)	30M (22.9%)	25M (-46.9%)	46M (59.0%)	29M (-74.8%)
Saldo	6M (16.5%)	5M (-93.5%)	83M (135.6%)	-35M (-1 760.7%)	-2M (-102.0%)
Corrente	86M (31.69%)	66M (-50.12%)	132M (130.03%)	57M (2.32%)	56M (-54.15%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	7M (-59.57%)	17M (59.26%)	11M (-57.28%)	25M (-63.19%)	68M (4.81%)
Importacoes	115M (52.1%)	76M (38.2%)	55M (7.7%)	51M (74.8%)	29M (-18.9%)
Saldo	-108M (-284.8%)	-59M (-233.1%)	-44M (-271.5%)	-26M (-165.2%)	39M (33.8%)
Corrente	122M (31.52%)	93M (41.68%)	65M (-13.82%)	76M (-22.02%)	97M (-3.62%)

Principais produtos da pauta comercial em 2020



Fonte: Ministério da Economia



Classificações do comércio

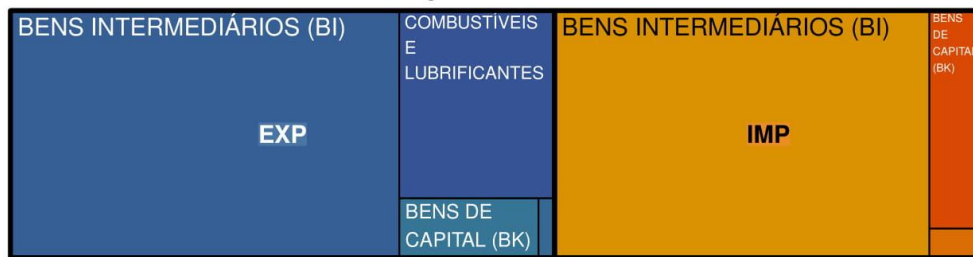
Classificação ISIC em 2020



Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020



Classificação CUCI em 2020



COMÉRCIO TOTAL DE LUXEMBURGO

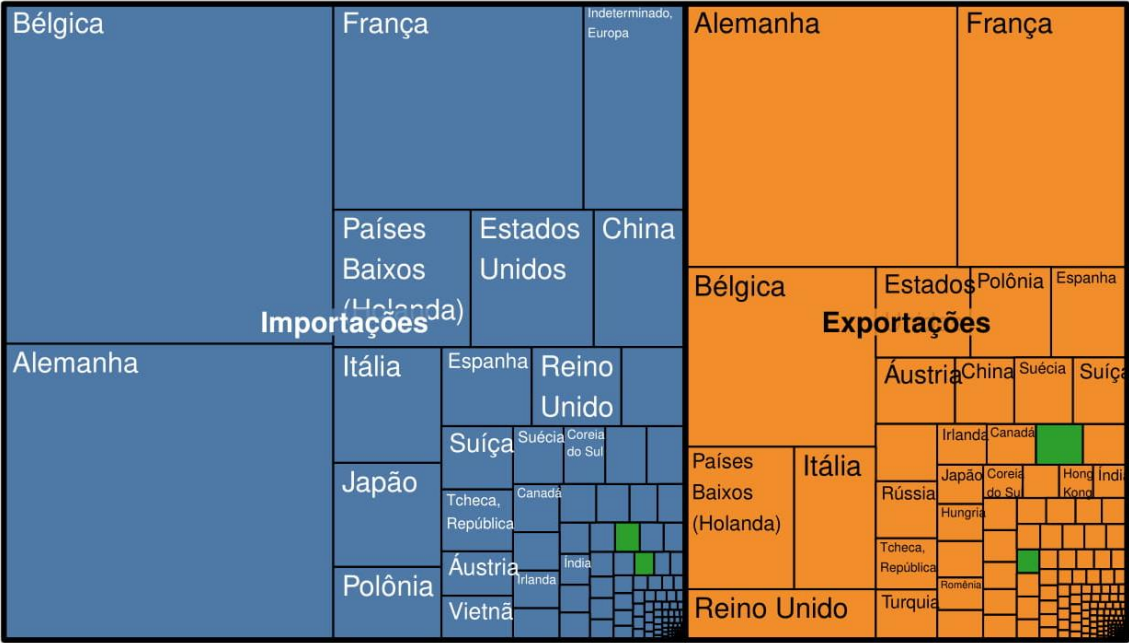
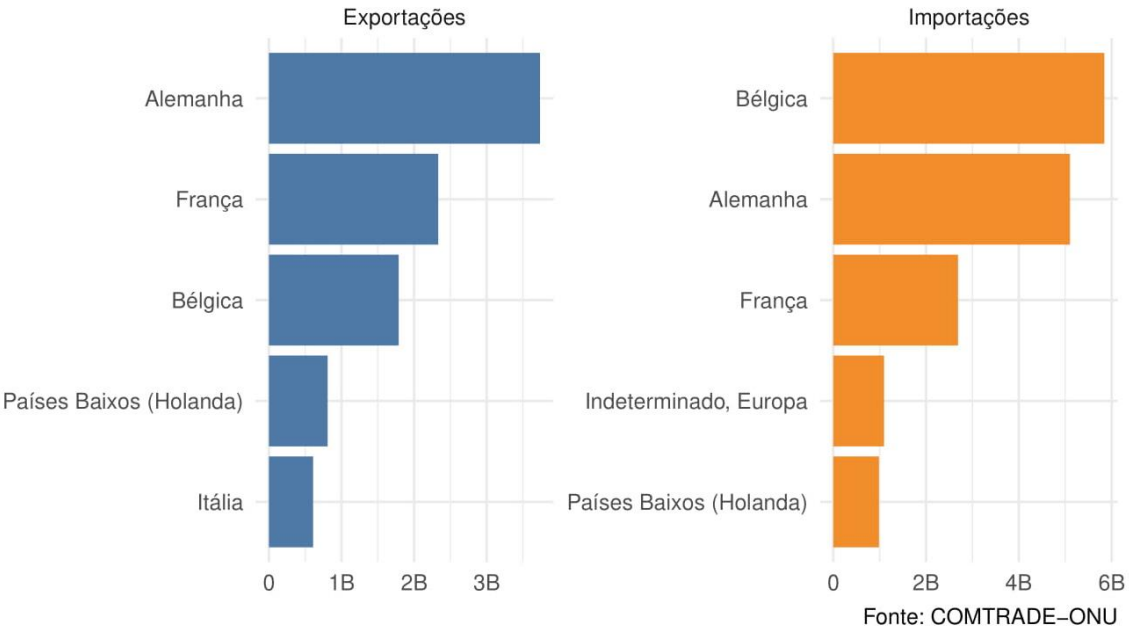
Fluxo de comércio anual



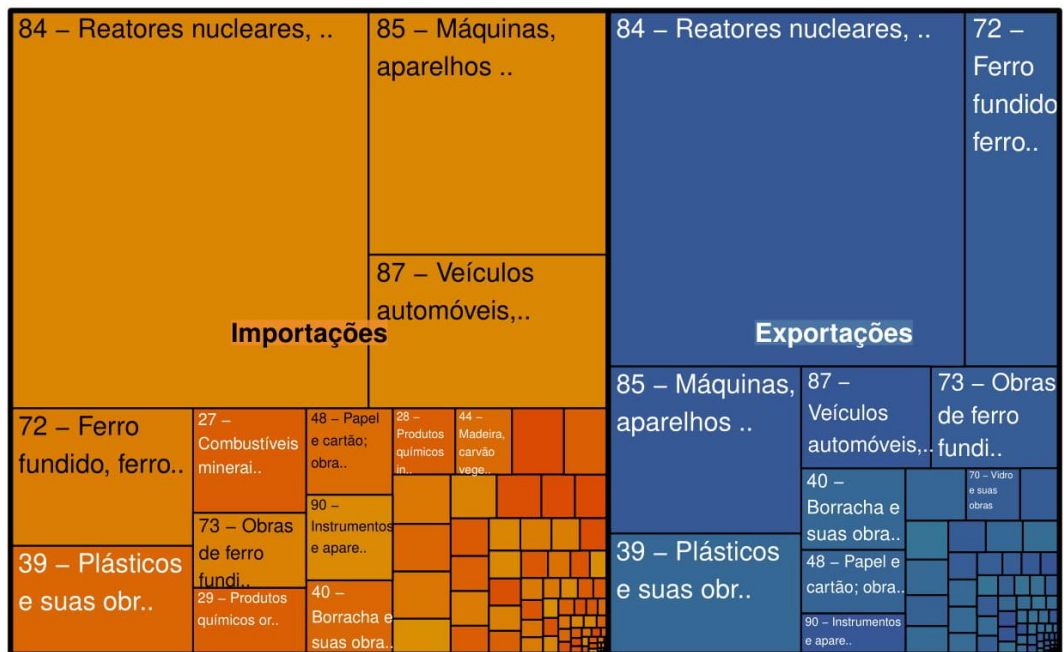
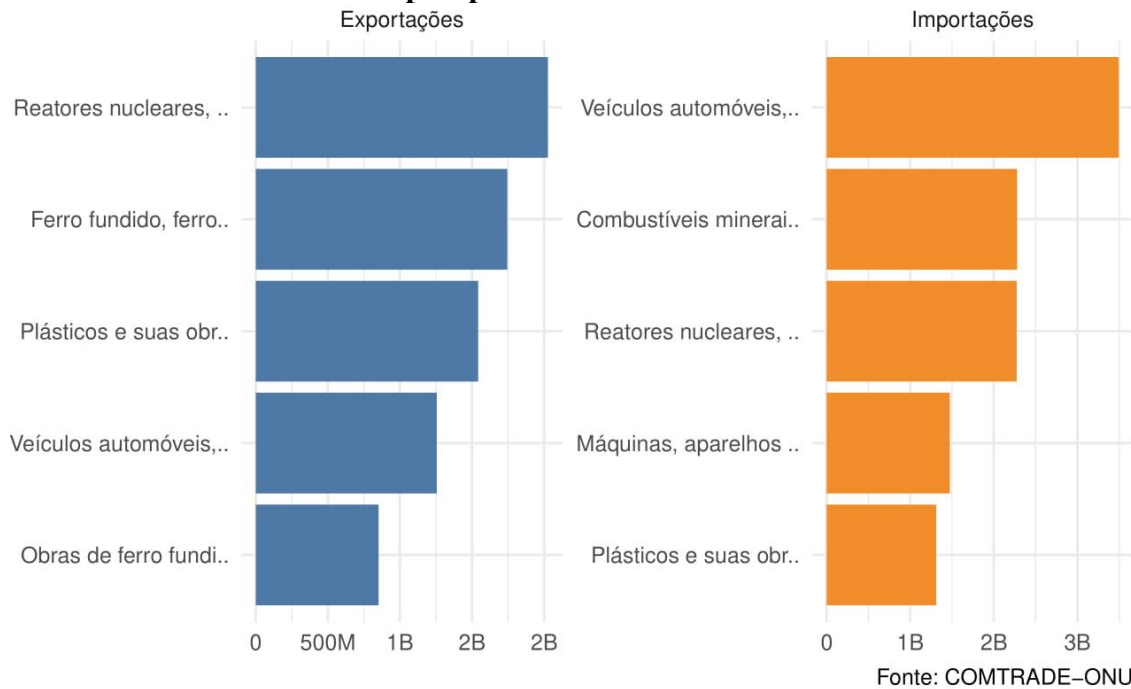
Fonte: Ministério da Economia

	2019	2018	2017
Exportacoes	14.67B (-3.13%)	15.15B (8.52%)	13.96B (8.73%)
Importacoes	22.64B (-2.07%)	23.12B (9.72%)	21.07B (10.18%)
Saldo	-7.97B (-199.9%)	-7.97B (-212.1%)	-7.11B (-213.2%)
Corrente	37.31B (-2.49%)	38.27B (9.24%)	35.03B (9.60%)

Principais parceiros comerciais

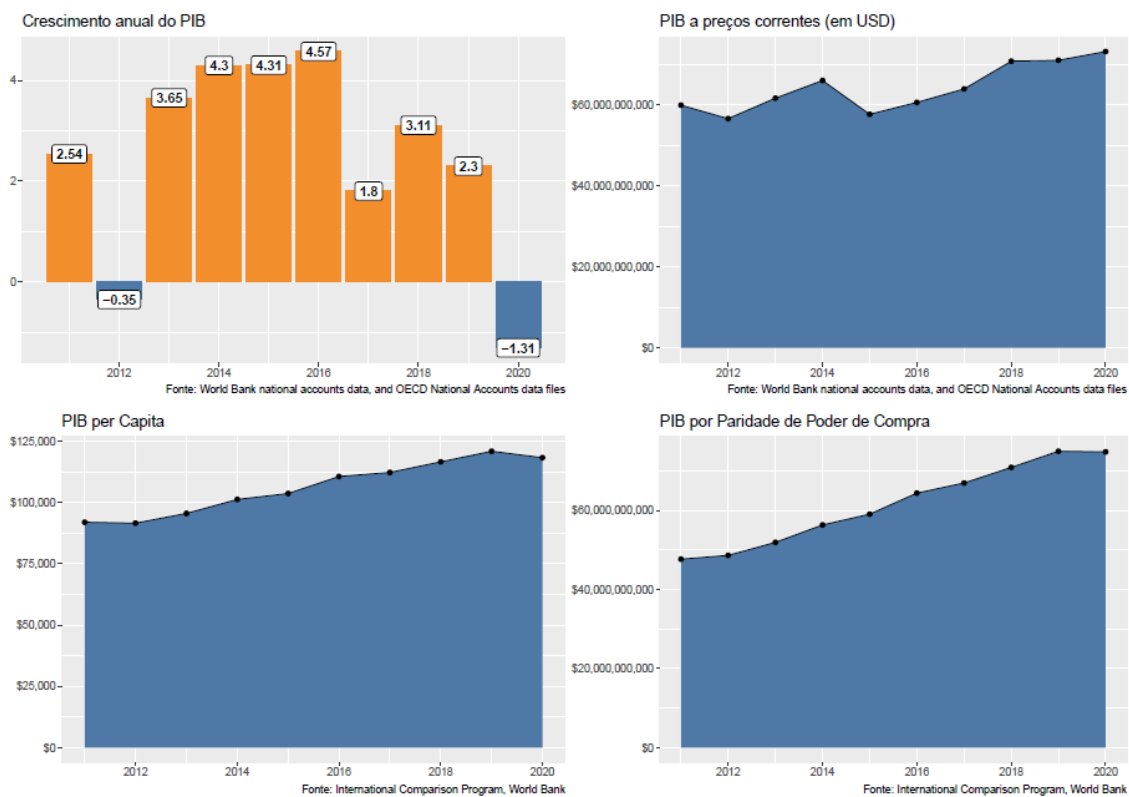


Principais produtos comercializados

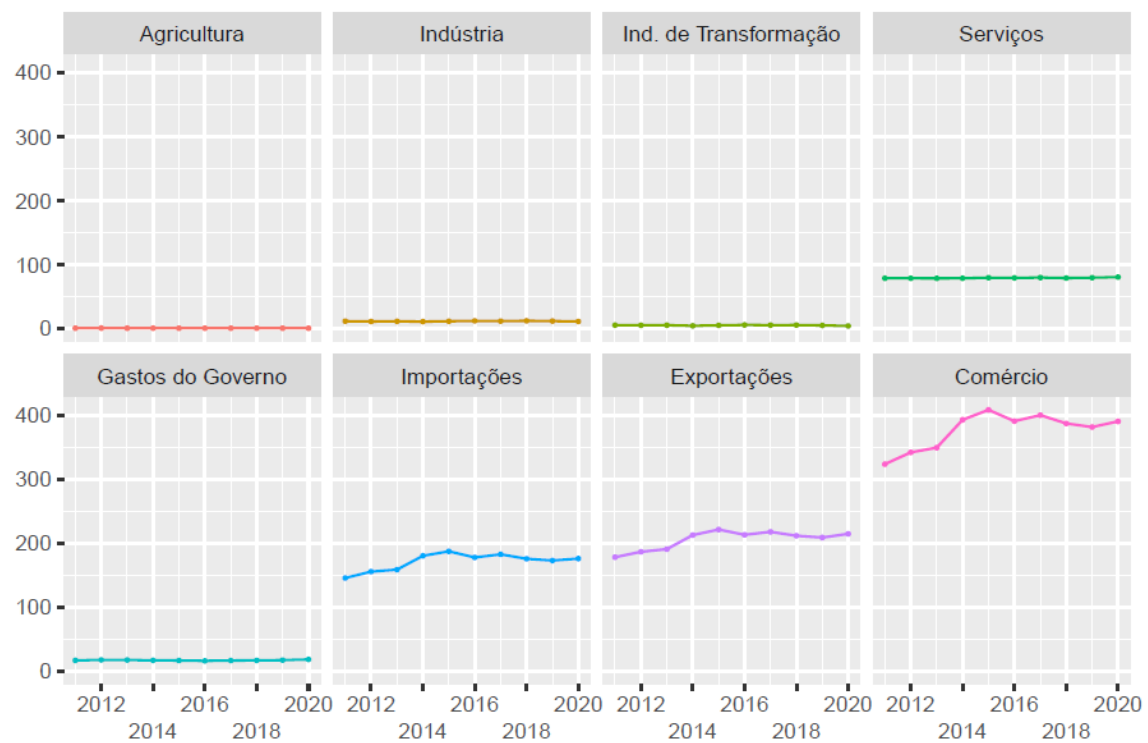


INDICADORES ECONÔMICOS INTERNOS

Produto interno bruto (PIB)



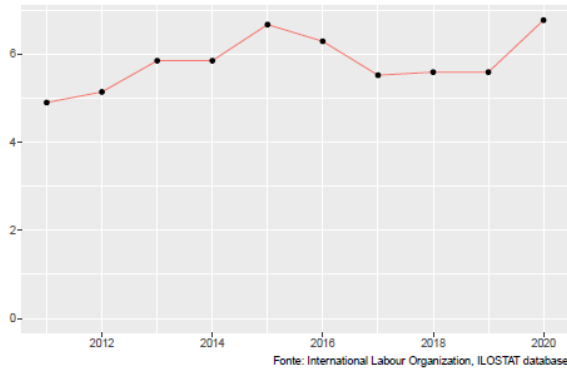
Estrutura da economia em proporção ao PIB



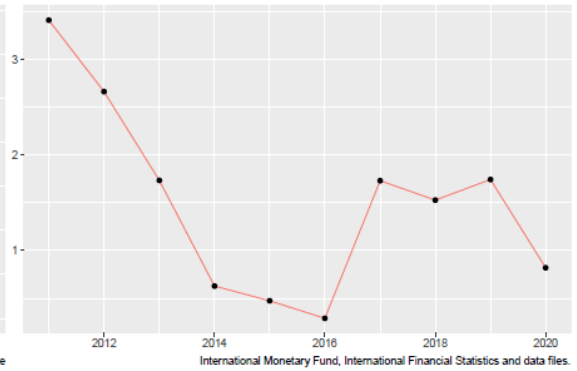
Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

Indicadores de desemprego e inflação

Desemprego

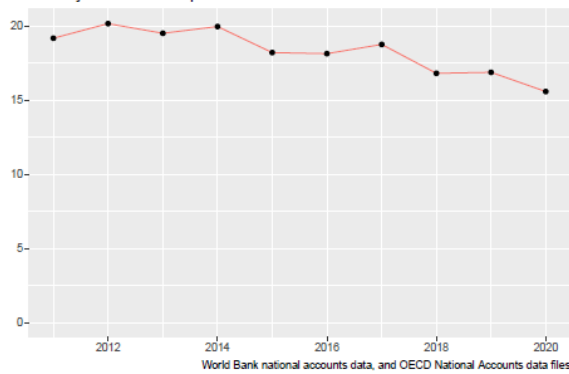


Inflação



Indicadores de investimentos

Formação Bruta de Capital Fixo



Poupança Interna

